

Universidade Estadual de Campinas

Doutorado em Linguística

OS SENTIDOS DO IDIOMA NACIONAL

**As Bases Enunciativas do Nacionalismo Linguístico
no Brasil**

Luiz Francisco Dias

Campinas

1995

12 / 89

Luiz Francisco Dias

OS SENTIDOS DO IDIOMA NACIONAL

*As Bases Enunciativas do Nacionalismo Linguístico
no Brasil*

Tese apresentada ao Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Linguística**.

Orientador: **Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães**

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1995

1 minima ✓

9108.

Gr. it

Uphol

Christina Spencer

Dedico esta tese a:

Kaydja e Aniel

*que souberam compreender a
importância deste trabalho para mim*

e

Augusto Francisco (in memoriam) e Ana Dias

*que não conheceram as letras, mas
permitiram que eu descobrisse
caminhos de vida no fascinante
mundo da escrita*

Agradeço a Eduardo Guimarães, pela confiança depositada no meu trabalho, e, principalmente, por me fazer ver o quanto é importante "desautomatizar" os conceitos no mundo da Semântica.

Agradeço também a Eni Orlandi, com quem aprendi muito a respeito dos processos de produção de sentidos na formação do nosso País. Esse agradecimento é extensivo aos membros do grupo de pesquisa da UNICAMP "História das Idéias Linguísticas no Brasil".

As conversas com Onice Dayer me levaram a formular com mais segurança alguns conceitos utilizados nesse trabalho.

Quero agradecer também à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos, e ao Departamento de Letras da UFDB, especialmente ao prof. Edilson Amorim, pela liberação das atividades docentes, no período de elaboração da tese.

Um agradecimento especial a Kaydja, pela revisão do texto, e a Maria Auxiliadora, pela tradução do resumo.

Finalmente, agradeço aos amigos de Salinas (MG), especialmente a Valdeir. O incentivo deles ajudou a tornar menos árdua a tarefa de produzir a tese.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. O “DITO” E O “DIZER”	18
A. As Teorias da Enunciação	21
B. O Social e a Língua	29
C. O Fato Linguístico e a Enunciação	38
2. DOIS TIPOS DE CONSTRUÇÃO NOMINAL	44
A. As Expansões Nominais	45
B. As Expansões Nominais e a Discursividade	64
C. Enunciação e a Construção Nominal	73
3. A LÍNGUA BRASILEIRA	77
A. Posturas Contrárias à Mudança	78
B. Posturas Favoráveis à Mudança	100
C. A Língua e o Social	108
4. UM PROGRAMA DE SEMÂNTICA	110
A. Construções Nominais, Referência e Textualidade	111
B. A Semântica	117
5. LÍNGUA E NACIONALIDADE	122
A. Percepção de Língua e Nação	123
B. Nacionalismo e Identidade Linguística no Brasil	132
C. Idiomaticidade, Cidadania e Nação	139
CONCLUSÃO	142
ANEXO	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	157

RESUMO

Desenvolvemos neste estudo uma análise dos discursos parlamentares das décadas de 30 e 40 que tratam do problema da denominação do idioma falado no Brasil. O debate em torno da adoção do atributo "brasileiro" para esse idioma nos permite formular hipóteses interessantes sobre como se configurava uma identidade para a nação e para o brasileiro na época. A tentativa de mudança da denominação de *língua portuguesa* para *língua brasileira* significava, para os que combatiam essa mudança, uma tentativa de desestabilizar todo um percurso de escrita em relação ao qual a sociedade letrada do País encontrava a sua própria referência. Para os que defendiam a mudança, ela significava uma forma de conceber, com uma forte carga de ufanismo, a brasilidade e a nação a partir da tradição positivista. Para chegarmos a essa conclusão, tomamos as construções nominais como fato básico de linguagem. É um *fato* de linguagem porque os recortes que tomamos para análise adquirem teoricamente uma densidade que ultrapassa em muito a acepção empírica da noção de *dado*. Trabalhamos no sentido de mostrar que essa densidade é relativa ao caráter da *enunciação*, definida como um acontecimento de linguagem afetado por uma *memória*, que é a exterioridade constitutiva desse acontecimento. Procuramos então estudar aqueles fatos de linguagem tendo em vista as posições de sujeito na enunciação relativamente à memória. Esperamos ter mostrado a importância do tipo de semântica com a qual operamos neste estudo, uma semântica que pode fornecer subsídios para formularmos juízos a respeito da constituição da cidadania e da identidade nacional. Nesse sentido, podemos afirmar que o jogo das posições de enunciação nos textos denuncia as formas em que se procurava configurar a aglutinação de indivíduos como falantes de um mesmo idioma, no mesmo território (Brasil), marginalizando, ao mesmo tempo, a participação desses indivíduos numa nação enquanto cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: ENUNCIÇÃO E DISCURSO; CONSTRUÇÕES NOMINAIS; LÍNGUA NACIONAL

Introdução

Dizia-se, nos séculos XVI e XVII, que a *língua geral*, ou *nheengatu*, falada no Brasil da época, tinha uma característica peculiar: faltavam-lhe os sons correspondentes em português ao **F**, **L** e **R**. E isso, no entender dos viajantes europeus, definiu o caráter do povo desta terra. Não tendo a língua esses sons, não teria esse povo nem *fé*, nem *lei* e nem *rei*. Ou, não tendo esse povo nem *fé*, nem *lei* e nem *rei*, não teria a língua os sons **F**, **L** e **R**¹.

Essa foi uma das imagens construídas para a relação do brasileiro com a língua. Temos, segundo termo de E. Orlandi (1993), uma **dupla identidade** linguística. Portugal nos trouxe a língua portuguesa, mas ela se historicizou de maneira diferente, incorporando imagens que se tornaram constitutivas da nossa identidade.

¹. As considerações sobre essa característica da língua do Brasil aparecem primeiramente na forma de uma descrição linguística na *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta. (p. 1); depois, no *Tratado da terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gândavo, ainda no século XVI, a referência linguística aparece já com a observação sobre o caráter do povo (p. 55); nesse mesmo século e início do século seguinte, mais três autores se referem ao fato linguístico, relacionando-o às mesmas considerações morais: Gabriel Soares de Sousa, José Antônio Gonçalves de Mello, Manoel Calado e Simão de Vasconcelos.

Vamos, pois, refletir sobre alguns fatos que se incorporaram à história da língua portuguesa no Brasil.

O contato dos portugueses com os índios, nos primeiros dois séculos da chegada de Cabral, foi marcado pela figura do *língua*. Esse era o nome dado à pessoa que servia como intérprete nas relações entre o europeu e o índio. Nas primeiras expedições, deixavam-se pessoas no Brasil deliberadamente para que aprendessem a língua dos índios e pudessem servir aos portugueses como tradutores em futuras expedições. Esse era o papel do *língua* nos primeiros anos do século XVI.

A chegada dos jesuítas na metade daquele século veio imprimir à figura do *língua* um desempenho de outra ordem. Os jesuítas, imbuídos pela tarefa de combaterem a Reforma, tinham interesse em conquistar os índios para a Igreja. E usar da persuasão era a tática recomendada pelos pensadores da ordem jesuítica. Aprender a língua do colonizado seria uma decorrência dessa tarefa. Aos poucos foram os jesuítas trazendo a si próprios o papel do *língua*, um papel agora renovado pelo interesse em conquistar os índios para a religião cristã. Além disso, a penetração no mundo cultural dos indígenas através da língua fornecia aos jesuítas a oportunidade de agir em proveito do seu grupo sem a intermediação dos representantes da Coroa Portuguesa no Brasil. Baseado num relatório do século XVIII, de um bispo beneditino, José Verissimo, em 1878, apresentou essa situação nos seguintes termos:

A missão jesuítica também, apesar de ser a mais inteligente das que se hão ensaiado, concorreu muito e de propósito deliberado para tornar o selvagem desconfiado, gerar nele o ódio ao colono e, por conseguinte à civilização que ele trazia, porque, a fim de afastá-lo da concorrência ao domínio da terra que os ambiciosos sócios de Jesus pretendiam exclusivamente, os padres o apontavam aos índios como inimigo cujo contato e relações deviam fugir. Eles – escreve dos jesuítas um bispo do Pará – cuidavam muito em que os índios ignorassem a língua portuguesa, e não tratassem com brancos.

(in: CASTRO, 1986: 267)

O resultado disso pode ser avaliado na afirmação de Castro (1986):

Devido à fundamental diferença entre os intérpretes no Oriente (turgimões ou intérpretes) e os intérpretes na América (línguas), foi corrente a língua dos portugueses na África e na Ásia, entre os séculos XVI e XVIII, mas não foi no Brasil, no mesmo período. Em consequência, o destino da língua foi diverso. Lá, um instrumento linguístico de emergência que se cristalizou, formando diferentes falares crioulos. Aqui, um instrumento linguístico não relacionado permanentemente com o uso da metrópole, mas desenvolvido autônoma e progressivamente em função do engajamento cultural, afetivo e linguístico do colonizador e seus descendentes mestiços com o índio disponível, primeiro, assustado, numa segunda etapa, e intimidado, ressentido e arredio, ao fim. O resultado só pôde ser uma terceira realidade

linguística, progressivamente desvinculada dos movimentos internos do instrumento linguístico da metrópole política.

(idem. p. 266)

É nesse cenário que se configura a *língua geral*, ou *nheengatu*, como a língua corrente em boa parte da costa brasileira, tanto entre os índios como entre as famílias dos portugueses. A esse respeito, afirma o historiador José Honório Rodrigues:

Já Antonio Vieira, no seu Voto sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios, dizia ser "certo que as famílias dos portugueses e índios de S. Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola".

(Rodrigues, 1983: 28)

Se a *língua geral* teve tanta penetração nos primeiros séculos do Brasil Colônia, principalmente, o mesmo não se pode dizer das línguas africanas. Segundo Rosa Virgínia Silva, admite-se que seria impossível uma determinada língua africana ter sido mais praticada no Brasil, uma vez que o processo de seleção dos escravos e sua distribuição no país cuidavam de evitar uma concentração étnica, cultural ou linguística (Silva, 1992: 79). Mas isso não impediu que se criasse uma

língua geral negra para o entendimento entre os vários grupos africanos. Isso de fato ocorreu, na avaliação de Nina Rodrigues. Mas ela teve um estatuto diferente do da *língua geral*. Enquanto esta foi criada pelos jesuítas, a língua geral dos negros foi por eles mesmos criada (Rodrigues, 1983: 30).

Enquanto isso, em vários países da Europa, as línguas nacionais se consolidavam, e para isso contribuíam as intensas traduções do latim, fato que conferia a elas uma “visibilidade” enquanto língua “autônoma”. Em relação à língua geral, tal fato não ocorreu de forma tão categórica. Em Portugal, João de Barros, em sua obra *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ainda no século XVI, pregava junto a Corte Portuguesa a necessidade de uma política da língua nas colônias portuguesas. Pregava ainda que para saber latim era preciso primeiro saber português (in: Castro, op. cit. p. 271).

Foi a partir do século XVIII que a Coroa Portuguesa manifestou de forma consistente um interesse pela situação linguística do Brasil. Esse interesse começa a se concretizar na forma de uma carta régia de 12 de setembro de 1727, em que o rei D. João V determina ao Superior dos religiosos da Companhia de Jesus no Maranhão que a língua portuguesa fosse ensinada aos índios, para o benefício da Coroa e dos moradores do Estado do Maranhão. Com a descoberta das minas de ouro, cresce o interesse pelo Brasil. Além disso, a influência dos jesuítas na Colônia começa a incomodar a Corte de Portugal.

Esse foi o quadro que propiciou o aparecimento em 1757 da legislação de autoria do Marquês de Pombal expulsando os

jesuítas da colônia e determinando o ensino da língua portuguesa:

será um dos principais cuidados dos Diretórios estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum, que Meninos, Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem língua própria nas suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma em que S.M. tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína espiritual e temporal do Estado.²

Oficializou-se então o ensino da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que se incentivou o culto aos clássicos da língua, clássicos portugueses, vale dizer. Como observa Castro (op. cit. p. 317), a implantação dessa política de ensino da língua portuguesa encontrará no Brasil uma clientela diferente da de Portugal, o que “fará aqui surgir uma questão da língua quando, em Portugal, deixava ela de existir”. A questão da língua, no Brasil, estaria relacionada à profunda separação entre língua escrita e língua falada, haja vista a ausência completa, durante quase dois séculos e meio, de qualquer tipo de política cultural e educacional por parte da metrópole.

Além da separação entre língua escrita e língua falada havia uma outra linha de separação que funcionava intimamen-

². Lei do Diretório, de 3 de maio de 1757. In: Rodrigues, 1983: 34.

te ligada a esta: a do bom português e a do mau português. Sobre isso, assim se expressou o viajante alemão C. Schlichthorst, que viveu no Brasil entre 1824-1826:

Vi muitas vezes ser necessário o emprego de dez e mais intérpretes para interrogar um negro sobre os sintomas de sua doença. Dizem que a língua dos caçanges, dialeto crioulo do português falado em Angola, é a mais fácil de todas, de modo que a maioria dos mercadores e capitães de navios que frequentam a África a entendem. Daí chamar-se caçange ao português mal falado ou mal escrito.³

Essa é a **questão da língua**. Uma vez que a língua portuguesa adquiriu sentidos diferentes para brasileiros e portugueses, essa **questão** repercutirá na polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas, em meados do século XIX, como também alimentará as discussões em torno da “autonomia” da língua praticada no Brasil, bem como as discussões em torno da denominação do idioma, no século passado e no presente século.

Já em 1826, após a Independência, portanto, o deputado José Clemente Pereira apresentava uma emenda no Parlamento do Império Brasileiro, propondo que os diplomas dos médicos cirurgiões fossem redigidos “em linguagem brasileira, que é a mais própria” (*Annaes do Parlamento Brasileiro*. 22 de junho de 1826. p. 264). Nesse ano e no seguinte travaram-se polêmi-

³. *O Rio de Janeiro como é; 1824-1826*. in: Rodrigues, 1983: 38.

cas no Parlamento em torno do ensino da língua e da gramática. Dessas polêmicas resultou uma lei, datada de 15 de outubro de 1827, que estabelecia que os “professores ensinarão a ler, escrever ... a gramática da língua nacional...”⁴. A expressão “língua nacional” aparece pela primeira vez num texto legal, e seria utilizada nos textos das Constituições Brasileiras até meados do século atual.

Mas só nas décadas de 30 e 40 deste século que a **questão da língua** foi colocada de uma forma mais consistente. A questão da identidade linguística inspirou calorosos debates sobre a denominação do idioma nacional, época em que os sentimentos nacionalistas tiveram grande expressão no nosso país.

Dai a nossa preferência pelo estudo da **questão da língua** nesse período. Os fatos linguísticos que vamos analisar se originam da tramitação de três projetos legislativos nas duas décadas (em anexo), propondo mudanças na denominação do idioma falado no Brasil.

Pretendemos, com os textos relativos a estes projetos, desenvolver uma abordagem enunciativa que tem seu ponto de partida na denominação do idioma falado no Brasil. A discussão em torno do atributo “brasileiro” para essa língua nos permite formular algumas hipóteses interessantes sobre como se configurava uma identidade para a nação e para o brasileiro

4. FREITAS, Bento C. *Evolução histórica do ensino no Brasil*. in: Castro (op. cit. p.338).

naquele período. Vamos mostrar, nos movimentos de sentido que vão se desenhando ao longo dessa discussão, como as posições de enunciação tomam corpo nos textos, colocando a nu as dependências internas do corpo social.

Em suma, estaremos interrogando, no presente estudo, os sentidos do termo “língua brasileira” nos discursos dos parlamentares da Câmara do Distrito Federal e da Câmara dos Deputados, em 1935, bem como dos deputados constituintes de 1946.

Este é, portanto, um trabalho desenvolvido no âmbito da **semântica**. Especificamente, é um trabalho que opera com conceitos da **semântica da enunciação**.

No **capítulo 1** (*O “Dito” e o “Dizer”*), de natureza teórica, apresentaremos os conceitos que fundamentam, de uma forma geral, a semântica da enunciação. A discussão será orientada pelo tema da relação entre o “dito” e o “dizer”. Mostraremos que o tratamento histórico-social que a Análise de Discurso da Linha Francesa imprime ao fato linguístico contribui de forma decisiva para o enriquecimento do tema em foco e, conseqüentemente, para o aperfeiçoamento de uma semântica da enunciação.

O **capítulo 2** (*Dois Tipos de Construção Nominal*), ainda de natureza teórica, irá situar o tema do “dito” e do “dizer” no recorte teórico específico utilizado para abordarmos a nossa questão, qual seja, a determinação do termo *língua brasileira* nos discursos dos parlamentares. Teremos então nesse capítulo

uma análise de várias teses que abordaram o problema da determinação, vale dizer, da relação entre o substantivo e seus modificadores no grupo nominal. Na última parte do capítulo, apresentaremos a nossa posição sobre esse problema, tendo em vista o conceito de enunciação que discutimos no capítulo anterior.

O **capítulo 3** (*A Língua Brasileira*) traz a análise propriamente dita. Primeiramente, analisaremos as posições contrárias à mudança de denominação do idioma, e, a seguir, as posições favoráveis à denominação de *língua brasileira* para o idioma falado no Brasil.

No **capítulo 4** (*Um Programa de Semântica*), discutiremos as consequências da análise do cap. 3. Vamos refletir sobre a relação entre as construções nominais, a referência e a textualidade. A seguir, vamos discutir as implicações dessa relação na formulação de um programa de semântica que situa a questão do “dito” e do “dizer” numa região de conhecimentos sobre a língua caracterizada de tal forma que possa produzir, em decorrência, conhecimentos sobre a cultura brasileira.

No **capítulo 5** (*Língua e nacionalidade*), trataremos ainda das consequências advindas da análise empreendida no cap. 3. Veremos como as posições enunciativas em relação à *língua brasileira* analisadas naquele capítulo têm implicações na formulação dos conceitos de nação e cidadania nas décadas de 30 e 40.

Finalmente, todos esses aspectos que ressaltam da análise ganharão um caráter mais abrangente na nossa **conclusão**.

O "dito" e o "dizer"

O. Ducrot, no prefácio da coletânea *O dizer e o dito*, que reúne artigos produzidos por ele entre 1968 e 1984, afirma que os textos ali publicados, do ponto de vista da teoria, se contradizem uns aos outros de forma significativa. E a origem dessas contradições, no seu entender, deve-se fundamentalmente a uma progressiva reviravolta na sua atitude diante da filosofia da linguagem anglo-americana. Na primeira parte do livro, explica Ducrot, *o ponto de contato do dizer no dito está fundamentado antes de tudo na idéia de ato de linguagem*. Especificamente, ele imaginava que, *se o sentido de um enunciado alude à sua realização, é na medida em que o enunciado é ou pretende ser a realização de um tipo particular de ato de linguagem, o ato ilocutório*. Na segunda parte do livro ele reúne argumentos no sentido de ultrapassar a noção de ato ilocutório. Precisamente, ele procura *descobrir no sentido dos enunciados um comentário da enunciação muito mais fundamental que aquele que se expressa na realização dos atos ilocutórios: estes aparecem como um fenômeno segundo, derivado a partir de uma realidade mais profunda, a saber, a descrição do dizer como uma representação teatral, como uma*

polifonia (Ducrot, 1987: 8). A teoria dos atos de linguagem considera o sentido de um enunciado como assentado nas relações que este estabelece entre sua enunciação e os desdobramentos "jurídicos" que esta enunciação deve ter. Esses "desdobramentos jurídicos" são caracterizados por Ducrot como uma forma de abordar a alteridade na linguagem. Nos seus próprios termos, *no que concerne à teoria da polifonia, ela acrescenta a esta possibilidade, por assim dizer "externa", uma alteridade "interna" – colocando que o sentido de um enunciado descreve a enunciação como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocaram* (idem. p. 9).

Essa reviravolta, então, arremata Ducrot, é o signo exterior de uma fidelidade oculta. E é isso que fundamentaria a unidade temática da coletânea. Trata-se daquilo que, no sentido de um enunciado (no "dito"), diz respeito à aparição deste enunciado (seu "dizer"). Esse é o fundamento do conceito de enunciação de Ducrot.

Tendo em vista esse quadro, vamos mostrar como, em vários momentos da história da reflexão sobre a linguagem, a enunciação aparece como um tema a partir do qual se procura constituir um lugar de abordagem da questão do sentido. Vamos argumentar que o próprio ato de perseguir uma unidade temática nesses estudos produz conhecimentos que podem levar a um enriquecimento da teoria semântica.

A seguir, vamos mostrar que os estudos advindos do desenvolvimento da Análise do Discurso na França e no Brasil,

relativamente à natureza do fato linguístico, levam-nos a pensar a "alteridade interna", de que fala Ducrot, a partir, não de um avanço em relação à "alteridade externa", configurada juridicamente, mas a partir do conceito de historicidade do fato linguístico, como tem sido elaborado pela Análise do Discurso. Tendo isso em vista, o conceito de polifonia ganha um estatuto que difere do de Ducrot, ao mesmo tempo em que se constitui um deslocamento no conceito de enunciação.

A. As Teorias da Enunciação

O termo "enunciação" foi empregado com variadas acepções ao longo dos estudos sobre a linguagem, mesmo antes da instituição do campo da linguística. Segundo Delesalle (1986), a aparição deste termo no francês se situa em 1361 num texto de Oresme, mas convive ao lado dele até o século XVII o termo latino "enunciatio". O desenvolvimento do emprego do termo em francês e as diversas acepções com que se traduziu o termo latino resultaram em usos variados do termo nesse período: ele podia significar "**coisa enunciada**", como também funcionar como sinônimo de **proposição**; podia além disso ser usado como significando a proposição de um certo tipo, a **declarativa** (afirmativa ou negativa), em oposição à interrogativa, à imperativa, à vocativa, à optativa, etc.

No dicionário da Academia Francesa, além de uma acepção geral do tipo "termo pronunciado ou escrito" e da acepção de "proposição que se nega ou se afirma", surge o registro de uma nova acepção: "maneira de se enunciar", isto é, maneira de se exprimir.

Em 1747, na obra *Les vrais principes de la langue française*, de Gabriel Girard, aparece um uso do termo enunciação integrado a outros conceitos, adquirindo um sentido mais específico. A enunciação entra nessa obra como um dos parâmetros relativos à organização da frase, isto é, à maneira pela qual se opera a união gramatical das palavras na frase. Nesse

sentido, ele distingue o **regime construtivo** do **regime enunciativo**: os elementos do regime enunciativo se unem para formar os elementos do regime construtivo, que, por sua vez, formam a frase (Girard, 1747. in: Delesalle, 1986: 13). Girard situa assim o problema da enunciação num nível de análise que corresponderia hoje ao campo da sintaxe.

Mas é em 1799, com R. A. Sicard, que se tem um emprego mais preciso do termo "enunciação". Para ele, a instância de enunciação da palavra é a sua força semântica em contraposição à fugacidade do seu proferimento. Algumas décadas depois, Henry Weil apresenta uma acepção esclarecedora do termo: "Dans la parole, ce qu'il y a de plus essentiel, c'est le moment... de la conception et de l'énonciation" (1869:25. in: Delesalle, idem, p. 19). E ainda:

Il fallait qu'une parole d'introduction précédât la parole que l'on voulait énoncer...

Il y a donc un point de départ, une notion initiale, qui est également présente et à celui qui parle et à celui qui écoute, qui forme comme le lieu où les deux intelligences se rencontrent; et une autre partie du discours, qui forme l'énonciation proprement dite. (idem. in: Delesalle: 19)

Quando Sicard coloca a necessidade de se considerar a "força semântica" da palavra como algo distinto do seu proferimento, ou quando Weil destaca a importância do momento da

concepção da palavra, está-se efetivamente constituindo uma forma embrionária da distinção entre o **dizer** e o **dito**.

A enunciação viria a ser objeto de estudo de C. Bally, que, em 1932, utilizou-se do termo para designar a formulação do pensamento na língua, isto é, aquilo que faz com que uma língua, tendo em vista a modalidade inscrita nas suas formas, seja aquela língua e não outra. A noção de modalidade vem do fato de que, para Bally, inscrevem-se no enunciado um entendimento, um sentimento ou uma vontade. Isto é, no enunciado inscreve-se uma **modalidade**. E o sujeito na linguagem, nesse sentido, é um **sujeito modal**, que, na concepção de Bally, não coincide necessariamente com o **sujeito falante** (Bally, 1932: 35). Essa distinção será importante na formulação da teoria polifônica da enunciação de Ducrot, como veremos adiante.

O ponto de vista de C. Bally será melhor explicitado no próximo capítulo, quando mostraremos a sua posição sobre duas formas de construção nominal.

Passemos então à acepção do termo tal qual vem sendo considerado modernamente.

Hoje, quando nos situamos frente ao problema da enunciação, é comum que se coloquem à nossa frente duas orientações globais: a primeira é aquela que concebe a enunciação como o **ato** de fazer uso da língua por um sujeito determinado em uma situação dada; a segunda é a que concebe a enunciação como a inscrição da subjetividade na língua. O caráter de **ato** de linguagem não aparece nessa segunda acepção.

A primeira orientação, que se filia àquilo que comumente se denomina "filosofia da linguagem anglo-americana", passa necessariamente pelo trabalho do filósofo inglês J. L. Austin. Para ele, não podemos atribuir um valor de verdade para enunciados do tipo "Eu prometo fazer X". Eles guardariam em si uma **performatividade**. Proferir um enunciado desse tipo é efetivamente fazer uma promessa. É parte do sentido do enunciado a sua condição de **ato**.

Os problemas aparecem quando os pragmaticistas se perguntam se a performatividade é algo que adquire uma realidade, enquanto matéria linguística, ou é uma particularidade relativa apenas ao proferimento do enunciado. Em outros termos, eles se obrigam a responder se é ou não possível distinguir o *dizer* do *dito*, no âmbito da língua.

Searle e Grice, por exemplo, guardando as especificidades de cada um, desenvolveram uma concepção do ato de fala que promove uma separação entre o significado do linguístico (proposicional) e a intenção enunciativa. Para Searle (1969), é condição necessária e suficiente para a constituição do ato de linguagem um **conteúdo proposicional** e uma **força ilocucionária** (ou ilocutória, como mencionamos no início deste capítulo). A força ilocucionária é algo da relação entre a intenção do locutor e o reconhecimento do ouvinte, tomados a partir do conteúdo proposicional. Grice (1975), por um caminho próximo do de Searle, procura explicar como os falantes podem usar as sentenças de sua língua para comunicar algo que não tem uma relação necessária com o conteúdo linguístico da sentença

usada. Haveria, segundo ele, um acordo geral de cooperação entre falante e ouvinte, que obedecem a certas convenções reguladoras da conversação. As suposições comuns do falante e do ouvinte sobre o mundo se impõem na conversação, mas se situam **em torno de** um entendimento prévio do significado da sentença; do seu sentido literal, vale dizer.

Dessa maneira, reserva-se ao conteúdo proposicional um sítio no qual se concebe o sentido no dito, "protegido" pela literalidade. A relação com o dizer é marcada pelo modo do sujeito se colocar frente a um conteúdo proposicional.

Austin (1990) também se viu diante daquela pergunta, mas parece que a melhor resposta, no seu entender, estaria no próprio percurso da elaboração da pergunta. Essa atitude tem sido caracterizada como "desconstrutivista" pelos leitores modernos do filósofo. Austin não aponta uma resposta. Ele obriga o leitor a refletir sobre os caminhos que ele percorreu na formulação da pergunta. E isso não foi pouco, tendo em vista a riqueza das questões filosóficas e linguísticas que ele levantou.

Dissemos que há atualmente duas orientações globais relativas ao tratamento da enunciação. Essa primeira orientação se diferencia da segunda, que vamos apresentar a seguir, já no âmbito da pergunta. Na segunda, não está em causa a questão de saber como um ato ganha identidade na linguagem. Trata-se, ao invés, de saber como a linguagem ganha identidade por apresentar as formas da subjetividade. Quando Benveniste se refere à expressão da temporalidade, ele o faz nos seguintes

termos: "a temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem" (1958: 289). A língua atualiza uma manifestação subjetiva: na medida em que concebe o EU como o centro da enunciação, a noção de sujeito fica presa a uma interpretação dos índices de pessoa e de ostensão criada pela própria enunciação. Na teoria de Benveniste, a enunciação cria uma rede de "indivíduos" (eu, aquele, amanhã), tomados a partir do "dizer eu" da enunciação.

Nesse aspecto reside, a um só tempo, o lado forte e o lado fraco da teoria da enunciação de Benveniste: ao mesmo tempo em que enriquece a noção de enunciação, atracando-a na instância da língua, ele subordina a enunciação ao quadro formal de sua realização. Especificamente, o problema está no fato de que a *atualização* na tese de Benveniste é algo alheio às discrepâncias entre o dizer **eu**, manifestar **eu**, produzir **eu**, mostrar **eu**, assumir **eu**, simular **eu** etc.

É em O. Ducrot, como já indicamos no início deste capítulo, que vamos ver uma abordagem da enunciação que problematiza essas discrepâncias: a própria língua, segundo ele, torna possível a fala de alguém ser a realização da palavra de outrem. Como se explica isso?

A enunciação para Ducrot é constitutiva do enunciado, ou seja, a enunciação é o próprio acontecimento que funda o enunciado. Esse quadro permitiu a Ducrot distinguir do sujeito responsável pela veiculação do enunciado (aquele que diz "eu") o sujeito que é responsável pelo ponto de vista da enun-

ciação, dado que um acontecimento "comparece" na linguagem discursivizado; daí se afirmar que esse acontecimento é histórico. É em razão da natureza histórica do acontecimento que se pode afirmar que na enunciação instala-se um "ponto de vista". Segundo Ducrot, "certos constituintes específicos do sentido teriam a função de colocar um universo do discurso enquanto tal (a expressão enquanto tal significa que, embora trazido pela fala, aparece como um universo, isto é, como pre-existente, como já estando)" (1984: 392). É à figura do enunciador que se imputa o "ponto de vista" constituído no **dito**, que não é necessariamente aquele que assume o **dizer**.

Para ilustrar isso, tomemos um caso exemplar: a resposta que uma senhora fornece à repórter de uma televisão:

REPÓRTER: Você sabe o que significa PCN?

UMA SENHORA (no centro de São Paulo): Bom, PCN que eu sei eles falam que é banco, né?

(TV Bandeirantes. 13/07/89)

Podemos identificar na fala da entrevistada um sujeito que delimita e individualiza (*que eu sei*) o significado da sigla PCN; ao mesmo tempo, esse movimento de individualização mostra o seu reverso, na perspectiva expressa em *eles falam que é*, na forma de um enunciador genérico, aquele que deve assumir os "riscos" da correção da resposta, vale dizer, aquele a quem se imputa ou um eventual erro ou o acerto na interpretação do significado da sigla. Em relação à enunciação, o "eu" se insere num espaço de não-coincidências. Esse é um dos

principais fundamentos daquilo que Ducrot (1987) denomina de Teoria Polifônica da Enunciação.

As consequências da tese da coexistência de enunciadores adquirem um estatuto um pouco diferente quando se toma o conceito de acontecimento enunciativo sob um outro prisma: a de que o acontecimento é de natureza histórico-social (Guimarães, 1987). Dessa forma, a polifonia, enquanto coexistência de enunciadores, deixa de ser meramente uma perspectiva, como o é no modelo de semântica da enunciação de Ducrot. Dado que o enunciado se caracteriza como elemento de uma prática social, as perspectivas de enunciadores assumem o caráter de posições do sujeito ocupadas pelo indivíduo e caracterizadas social e historicamente. Nesse sentido, a noção de histórico que aparece na definição de enunciação de Ducrot perde a conotação de temporalidade que a caracterizava, visto que, nessa nova ótica, ela é uma noção considerada na perspectiva do social (Guimarães, 1989).

Tomar a enunciação e por essa via a própria língua na perspectiva do social (ou histórico-social) tem sido uma das tarefas de E. Guimarães (1993, 1995), na tentativa de formular um modelo de semântica que trate a enunciação como acontecimento, e ao mesmo tempo mantenha um traço importante da definição de Benveniste: a enunciação como uma relação com a língua. Antes de especificar melhor esse modelo de semântica, vamos fazer um percurso que nos mostre alguns estudos que tomam a língua na perspectiva do social.

B. O Social e a Língua

Mikhail Bakhtin (ou Voloshinov), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, afirma que o objetivismo abstrato, em que se assenta a maior parte das pesquisas lingüísticas, considera a realidade e a objetividade da língua como sistema de formas normativas. O fato de conceber a língua a partir da significação normativa da forma lingüística apaga a mobilidade específica constitutiva da idéia de signo. Como isso se dá? Esse procedimento, que tem caracterizado aquelas pesquisas ao longo da história das reflexões sobre a linguagem e o social, coloca como centro de gravidade da língua a forma lingüística, enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo. O lingüista, no seu entender, desvincula a língua da sua "esfera real", tomando-a por uma "inscrição", considerada como um todo isolado que se basta a si mesmo. No limite, a pesquisa lingüística funciona correlacionando inscrições no quadro geral da língua. Nesse sentido, a idéia de língua, por mais paradoxal que pareça, adquire o caráter de "*língua que ainda não se tornou língua*" (p. 94), porque só se reconhece nela a sua "sinalidade". O caráter de "sinalidade" da língua faz dela uma combinação de sinais que fixa um conteúdo desvinculado do contexto em que se dá a enunciação.

Para Bakhtin, toda expressão lingüística é um elo na cadeia dos atos de fala. Essa expressão "prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as rea-

ções atuais da compreensão, antecipa-as" (p.98). Em suma, a enunciação é dialógica por natureza.

Por sua vez, Bourdieu orienta a sua análise para a falta de uma concepção crítica em relação ao objeto de estudo no âmbito das pesquisas lingüísticas. Especificamente, a hipótese de Bourdieu é a de que os lingüistas incorporam à teoria um objeto pré-construído do qual eles esquecem as leis sociais de construção. Segundo Bourdieu & Boltansky (1975), quando se fala desse objeto como a "língua", sem outra precisão, na verdade, está-se referindo à língua oficial de uma unidade política. Antes de refletirmos sobre o papel das leis sociais de construção da língua na obra de Bourdieu, vamos refazer, nas suas linhas básicas, o percurso da crítica que ele desenvolveu em relação à "língua" dos lingüistas.

Saussure tinha afirmado que não é o espaço que define a língua, mas é a língua que define o espaço. A língua, no entender de Saussure, arregimenta em torno de si uma lógica autônoma; e onde os falantes não mais se fazem "portadores dessa lógica", tem-se aí o limite de uma língua. Esse limite é então o limite de uma força intrínseca que mantém a identidade da língua e da comunidade lingüística que a ela se submete. Para Bourdieu (1982: 26), *"esta filosofia da história, que faz da dinâmica interna da língua o único princípio dos limites de sua difusão, oculta o processo propriamente lingüístico de unificação em função da qual um conjunto determinado de 'sujeitos falantes' se encontram praticamente obrigados a aceitar a língua oficial"*.

Por outro lado, quando se abordam na lingüística as clivagens sofridas numa língua dentro de uma mesma comunidade, como o faz a Sociolingüística de Labov, as estratificações apuradas através do método quantitativo se situam no quadro de uma relativização arbitrária. Dentro de tal quadro, uma variante tem um valor relativo às outras, dado o próprio caráter descritivo do quadro. Nesse sentido, a Teoria da Variação consideraria **relativo** aquilo que é socialmente reconhecido como **absoluto** e **legítimo** (e não somente pelos membros da classe dominante, como demonstram as práticas de hipercorreções) (Bourdieu & Boltansky, 1975: 8).

Enfim, para Bourdieu, a atividade do lingüista se funda em uma **amnésia da gênese**, dado que ele concebe a língua fora das condições políticas de sua instituição, e isso contribui para reforçar a legitimidade da língua oficial e os efeitos sociais que ela produz, e dos quais os próprios lingüistas não escapam (idem. p. 3).

Em Pêcheux (1975), temos também uma crítica ao objetivismo abstrato, mas ela é colocada a partir de um outro lugar e orientada para a formulação de outros conceitos que não os de Bakhtin, ou Bourdieu.

Para Pêcheux, a Lingüística se constitui como ciência no interior de um constante debate sobre a questão do sentido, mais precisamente sobre a melhor forma de banir de suas fronteiras a questão do sentido. Isso se deu a partir do momento em que a língua passou a ser pensada como sistema. Dessa forma, no entender de Pêcheux, deixa de ser pertinente saber

o que cada parte do objeto significa; ao contrário, na lingüística, procuram-se as regras que dão realidade às partes do objeto, quer se manifestem efetivamente ou não. Essa é essencialmente a meta dos lingüistas. Uma vez que a língua se define pelo conjunto das regras universalmente presentes na comunidade lingüística, os mecanismos que lhe dão suporte se acham, no nível das combinações e substituições, regulados por elementos definidos (Pêcheux, 1969. p. 72).

Pensar a língua dessa maneira significa reter da multiplicidade dos falantes apenas o que é necessário para constituir as regras da língua. Isso equivale a dizer que aquilo que opera na emissão opera igualmente na recepção. Emissão e recepção funcionam como dois pontos simétricos, dotados de propriedades indiscerníveis. Essa é a base para o conceito de comunicação que tem lugar na lingüística.

É a partir da crítica a esse conceito de comunicação que Pêcheux configura o espaço em função do qual ele formulará a sua tese. Esse espaço é o da crítica à evidência, especificamente à evidência de que, quando nos situamos numa mesma comunidade lingüística, nós "comunicamos"; esse é também o espaço da crítica de uma certa evidência da "transparência" da linguagem.

Para Pêcheux (1975), a noção de ruído como elemento perturbador do processo de comunicação não é um mero "acidente de percurso". Na própria base onde opera a noção de comunicação opera a de "não-comunicação". Ele exemplifica essa noção a partir das relações de produção tanto de base

econômica como de base jurídica. No âmbito da economia, há a necessidade da "*organização do trabalho, da mecanização e da standardização (que) impõem uma comunicação sem equívocos - clareza 'lógica' das intenções e diretivas, propriedade dos termos utilizados, etc. - comunicação que é, ao mesmo tempo, através da divisão social-técnica do trabalho, uma não-comunicação que separa os trabalhadores da organização da produção e os submete à 'retórica' do comando*" (p. 26-7). Na sua forma jurídica, essa divisão se dá na necessidade de "*tirar os equívocos nos contratos, trocas comerciais, etc. (igualdade linguístico-jurídica entre as partes contratantes), e, simultaneamente, manter o equívoco fundamental do 'contrato de trabalho'*" (p.27).

Pêcheux manifesta a sua convicção de que esse equívoco, essa não-comunicação, ou o não-sentido são constitutivos do sentido. Trata-se então, segundo ele, de compreender como aquilo que é tendencialmente "*a mesma língua*" (isto é, a unidade tendencial daquilo que a lingüística tem definido como língua) "*autoriza funcionamentos de 'vocabulário-sintaxe' e de 'raciocínios' antagonistas; em suma, trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada*" (p. 26). Nessa direção, Pêcheux propõe uma intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência lingüística, que teria como objetivo menos o de fornecer resultados, mas essencialmente o de abrir campos de questões. Para isso, era preciso um deslocamento no estudo da linguagem que possi-

bilitasse ao pesquisador apreender, para além da unidade do sistema, os movimentos de sentido que, às vezes com as mesmas palavras, se colocam em posições (formações discursivas) diferentes, segundo a natureza dos interesses ideológicos colocados em jogo no meio social. Esse deslocamento implicaria, pois, na centralidade do conceito de discurso. Trabalhar o sentido, no entanto, não significa, para Pêcheux, afastar-se do formal, dos "elementos definidos", mas considerá-los como condições materiais em relação ao conjunto contraditório dos processos discursivos.

Enfim, o lugar em relação ao qual Bakhtin, Pêcheux e Bourdieu conceberam o campo de trabalho da lingüística pode ser colocado nestes termos: em **Bakhtin**, a crítica de uma lingüística que trabalha com uma "língua" que *ainda não* se tornou língua; em **Bourdieu**, a crítica de uma lingüística que trabalha com uma "língua" *já* legitimada como língua; e, em **Pêcheux**, a crítica de uma lingüística que trabalha com uma língua rarefeita (dado que minada da sua densidade semântica).

Dessa forma, podemos dizer que a questão da constitutividade das leis sociais na construção do objeto "língua" pode ser assim colocada: em **Bakhtin**, ela se dá diretamente na enunciação, já que não é possível pensar o signo, e efetivamente a língua, sem a enunciação; em **Bourdieu**, a constitutividade vem pela legitimação de uma classe de falantes privilegiada na sociedade, o que implica em dizer que não se pode falar de "língua" sem que se pense a posição dessa classe no

interior do próprio campo lingüístico; e, em **Pêcheux**, a questão da constitutividade do social é introduzida pela via do discurso: a questão não passa pela "devolução" de uma "densidade" de sentido (que contemple o equívoco) na formulação do objeto "língua"; trata-se, de outra forma, de saber como esse objeto "língua" (com sua autonomia relativa) entra, constitutivamente em relação às leis sociais, no conjunto contraditório dos processos discursivos que têm lugar no discurso.

No nosso trabalho, a identificação com as idéias de Bakhtin começa na defesa da tese de que a forma lingüística não é signo em si (se a forma é identificada em relação a ela mesma, nesse caso ela é tão somente sinal), a forma lingüística torna-se signo: "o elemento que torna a forma lingüística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica" (p.94). A exata compreensão do que seja essa "mobilidade específica" leva-nos a caminhos diferentes na formulação de um conceito de enunciação que apreende o social.

A mobilidade específica para Bakhtin é a orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos. No seu entender, o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, está situado no meio social que envolve o indivíduo (p. 121). No nosso trabalho, aquilo que Bakhtin chama de contexto e situação adquire um outro estatuto: não se trata de atribuir à palavra um sentido em relação a uma situação de mundo ou a uma "porção" da realidade. Trata-se, antes, de

conceber a palavra em relação com fatos de discurso, ou melhor, em relação ao interdiscurso, que comparece como espaço de memória na enunciação (da palavra). Assim, o centro organizador da enunciação estaria, não no meio social que envolve o indivíduo, mas no fato do indivíduo ocupar uma posição de sujeito em relação aos fatos de discurso.

Bourdieu, ao formular um campo de abordagem que permite se pensar a língua em relação a um processo de legitimação social, contribui na tarefa de deslocar o social da noção plana de "intercompreensão". O fenômeno do "reconhecimento" da **norma** (ou o reconhecimento da **legitimidade da língua oficial**, nos termos de Bourdieu), que leva às hipercorreções, opera-se na base do desconhecimento do arbitrário da norma. É esse desconhecimento que conduz uma classe de falantes (os "dominados") a tentar aplicar às suas próprias práticas os padrões legitimados pela "classe dominante". Esses padrões, segundo Bourdieu, se configuram como dispositivos linguísticos que se materializam como capital de alto valor no mercado linguístico dominante.

No nosso caso, vamos conceber padrões socialmente legitimados a partir, não de um "mercado linguístico", mas a partir da forma como a modalidade da escrita entra constitutivamente como parâmetro na legitimação da língua, tendo em vista um tipo de funcionamento específico de construção nominal.

Em relação ao pensamento de Pêcheux, nos situaremos especificamente em relação a um dos seus conceitos mais im-

portantes: o de **interdiscurso**. A formulação do conceito de interdiscurso no nosso estudo implica numa visão específica das noções de sentido e de referência, visão essa diferente daquela das semânticas formuladas a partir de modelos da lógica. Vamos discutir, no **cap. 4** do nosso trabalho, as implicações disso num modelo de semântica que aceita o desafio de procurar compreender como a mesma língua autoriza funcionamentos de 'vocabulário-sintaxe' e de 'raciocínios' antagonistas.

C. O Fato Linguístico e a Enunciação

Para entendermos o conceito de interdiscurso, vamos começar por uma reflexão de Pêcheux em torno de um dos exemplos de Frege (1978), no artigo "Sentido e Denotação": "Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria". O funcionamento da língua produz um determinado efeito, que Frege denominou de *ilusão* (a ilusão por meio da qual o objeto de pensamento induz a existência de um sujeito absolutamente único - no caso, Johannes Kepler). No entender de Frege, esse efeito "ilusório" é devido a uma *imperfeição* da linguagem, que faz com que pareçam absurdas frases como "aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu", na qual o ateu nega a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente na subordinada. Pêcheux considera que *"há uma separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase"*. Haveria então dois "domínios de pensamento", de forma que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma de um **pré-construído**, isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí*. Para Pêcheux, esses "domínios de pensamento" existem na linguagem sob a forma do **discursivo** (Pêcheux, 1975).

É no discursivo que se materializa o contato entre o **objeto linguístico** e o **objeto histórico**. Uma vez que esse contato não ocorre sob a forma de uma co-variação, torna-se neces-

sário realizar um deslocamento tanto do que tradicionalmente se entende como "linguístico" quanto daquilo que se entende como "histórico".

A compreensão do que a AD denomina de objeto linguístico passa necessariamente pelo conceito de **forma linguística**, formulado por Eni Orlandi (1984). A forma linguística, segundo ela, é considerada na AD sob o modo da *forma material*⁵, isto é, a **forma** na sua capacidade de significar no **discurso**. Daí se poder afirmar que a AD não trabalha com a linguagem enquanto dado, mas como *fato*, que se produz como objeto da ordem do discurso. Observar os *fatos de linguagem*, nos termos de E. Orlandi, "vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento" (Orlandi, 1984: 7).

Dessa forma, pensar um fato de linguagem na sua historicidade não é situá-lo no tempo da enunciação nem conceber esse fato como um reflexo do uso (pragmática) da linguagem; a historicidade é constitutiva da *espessura semântica* da linguagem, isto é, ela se constitui já na própria tessitura da materialidade linguística.

⁵. A distinção entre "forma material" e "forma abstrata" foi desenvolvida por L. Hjelmslev, mas Orlandi (1982) observa que não se trata da mera utilização mas da leitura dessa distinção em um domínio conceitual outro, o do materialismo histórico, ao qual se filia a Análise do Discurso da Escola Francesa.

Na AD, o texto é o fato de linguagem por excelência. Segundo Eni Orlandi, um texto, do ponto de vista de sua apresentação empírica, é um objeto com começo, meio e fim, mas que, se o considerarmos como discurso, reinstala-se imediatamente sua incompletude. Dito de outra forma, o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada - embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira - pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer) (Orlandi, 1994: 3).

Considerar o texto como discurso implica em operar com um eixo de relações diferentes das relações estabelecidas pelo conceito de coesão. Existem trajetos de memória que atravessam o texto e é em relação a eles que o sujeito e o sentido se constituem, isto é, adquirem uma identidade. E ainda: é em relação a esses trajetos de memória (o interdiscurso) que se define para o sujeito em uma situação determinada o que pode e o que deve ser dito, isto é, a formação discursiva.

As formações discursivas circunscrevem zonas no interdiscurso. Elas são desigualmente acessíveis aos diferentes locutores e refletem as diferenças ideológicas. Na constituição de uma formação discursiva, se constitui ao mesmo tempo um território em que se inscrevem os enunciados proibidos no espaço dessa formação discursiva. Segundo Maingueneau (1984: 32),

si dans l'univers du gramaticalement dicible un discours définit un îlot d'énoncés possibles qui sont censés saturer l'énonciation à partir d'une position donnée, dans l'ensemble des énoncés ainsi récusés il définit également un territoire comme celui de son Autre, de ce qui plus que toute autre chose ne doit pas être dit. L'Autre circonscrit donc justement le dicible insupportable sur l'interdit duquel s'est constitué le discours; dès lors il n'a pas besoin de dire à chaque énonciation qu'il répugne à cet Autre, qu'il exclut par le seul fait de son dire.

O Outro, para Maingueneau, é aquilo que sistematicamente falta num discurso e lhe permite fechar-se em um todo; é esta parte do sentido que é necessário que o discurso sacrifique para que possa constituir sua identidade.

O sentimento de unidade e de linearidade é um *efeito* que se consubstancia no texto. A análise do Discurso procura tornar visível a historicidade do texto e observar a relação de sentidos que aí se estabelece, em função do efeito de unidade; ela procura enfim entender o modo de funcionamento do texto, enquanto objeto simbólico. Dessa forma, nos termos de Eni Orlandi, a AD pode ser concebida como um "programa de leitura particular: a que vê em todo texto a presença de um outro texto necessariamente excluído mas que o constitui". Aí estaria a ideologia em pleno funcionamento: no que necessariamente se silencia (Orlandi, 1992: 180).

A ideologia na AD se define em relação ao movimento do Outro. A “ocultação” do Outro permite o fechamento, a saturação, a completude, e produz o efeito de evidência, de unidade. Daí se poder dizer em AD que o sentido tem uma direção, um movimento determinado pelas relações de poder. Ainda nos termos de Orlandi:

Então é isso a ideologia, na perspectiva do discurso: há uma injunção à interpretação, já que o homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida por condições de sentidos específicos e determinados na história da sociedade. O processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a uma interpretação que se apresenta sempre como a interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso. (Orlandi, 1990. p. 36)

A condição essencial da produção e da interpretação de uma sequência reside no interdiscurso, constituindo o espaço de memória da sequência. O interdiscurso caracteriza um corpo de traços discursivos, exteriores e anteriores a uma sequência dada, na medida em que esta materialidade intervém para constituir a sequência. É o não-dito da sequência. Ele remete ao já-dito, enquanto efeito do dito em outro lugar.

Segundo Pêcheux (1993), "dizer que toda descrição abre sobre a interpretação não é necessariamente supor que ela abre sobre 'não importa o que': a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência (p. 54-5)

Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. (Pêcheux, 1983: 55)

Dessa maneira, vamos nos colocar a favor da tese de que a relação entre o **dito** e o **dizer** é uma relação que encontra seus parâmetros no **já-dito**; isto é, essa relação só pode ser bem compreendida se elaborada sob os fundamentos da interdiscursividade.

Vamos agora mostrar dois tipos de construção nominal, e examinar o estatuto do "já-dito" no funcionamento dessas construções.

2

Dois tipos de construção nominal

Queremos fazer com que o problema da relação entre o “dito” e o “dizer” passe por uma distinção que não é nova. Ao contrário, é uma distinção que ao longo dos estudos de filosofia, de lógica e de semântica linguística tem assumido as mais diversas facetas, e tem adquirido particularidades. O objetivo é o de aprender com esses aspectos particulares que a distinção veio adquirindo.

Especificamente, vamos mostrar estudos que analisam a relação entre o substantivo e os modificadores adjetivos, complementos e orações relativas. Embora essa relação tenha sido explorada em diversos domínios da filosofia e da linguística, as abordagens mais interessantes são aquelas realizadas na semântica.

A. As Expansões Nominais

Guillaume (1975) defende a idéia de que a existência dos nomes se dá em dois planos de pensamento: aquele em que eles existem em potência, em virtualidade e aquele em que se realizam efetivamente, em que existem como efeito e atualidade.

Exemplos disso estariam segundo ele em "leão de pedra" e "leão da pedra". No primeiro caso, o nome *pedra* se sujeita ao domínio do nome *leão*. Esse **domínio** ocorreria na passagem de um plano a outro: o nome *pedra* perde o contato com o plano de pensamento em que ele (*pedra*) se determina abstratamente: a idéia do nome se minimiza em função de sua ocorrência. Já em "leão da pedra" a passagem de um plano para o outro ocorreu sem que houvesse domínio, mas uma **continuidade**; mais especificamente, uma continuidade entre as imagens de *leão* e de *pedra*. O nome *pedra* nesse caso é o resultado da fixação de sua forma global (p. 309).

O mesmo tipo de relação é abordado por Bally (1965), que também opera com a distinção entre o virtual e o atual. Nos seus termos, um conceito virtual é caracterizado por um virtual (seu caracterizador) e atualizado em relação a um atual (seu atualizador). Assim, *de funcionário* seria caracterizador de *filho* em "filho de funcionário", ao passo que *deste funcionário* seria o atualizador de *filho* em "filho deste funcionário" (p. 89). As relações seriam portanto de **caracterização** (que

corresponde à de domínio) e de **atualização** (que corresponde à de continuidade).

Bally insere essa distinção na sua teoria geral sobre a enunciação, especificamente na tese de que as relações na língua devem ser concebidas tendo em vista a distinção entre um **tema** e um **propósito**. Ele mostrou que o funcionamento dessa distinção é decisiva na diferenciação dos processos de coordenação e segmentação, de um lado, e de articulação (subordinação), de outro. Para ele, na **coordenação (e na segmentação)**, a relação tema/propósito faz parte da formulação linguística, ao passo que na **articulação** (ou subordinação) essa relação se dá fora do âmbito linguístico. (p. 55-6). Na sua tese, o mesmo pode ser dito em relação à atualização e à caracterização, que corresponderiam, respectivamente, à coordenação/segmentação e à articulação de orações na sentença.

Gary-Prieur (1989) também contribui para elucidar os dois tipos de funcionamento das construções nominais. Nesse sentido, ela utiliza um quadro de abordagem semelhante ao de Guillaume para explicar alguns aspectos da **modalização do nome próprio**. Segundo Gary-Prieur, são casos de modalização:

- (a) *A Paris de minha infância não existe mais*
- (1) (b) *A Paris de Hemingway desapareceu*
- (c) *A Paris de Trenet perdeu-se no tempo*

em que um indivíduo (cidade), ligado a um nome próprio no mundo real, encontra-se multiplicado no discurso em vários objetos. Haveria então uma diferença (décalage) entre o predicado de denominação (SER DENOMINADO *Paris*) e os predicados descritivos (*de minha infância; de Hemingway; de Treenet*).

Gary-Prieur observa, no entanto, que é necessário distinguir os enunciados apresentados em (1) de casos como esse:

(2) *O célebre Zavatta está de volta*

em que também temos um nome próprio modalizado, mas aqui não haveria a "décalage" entre o predicado de denominação e o predicado descritivo *célebre*. As propriedades "SER NOMENADO *Zavatta*" e "SER *célebre*" se situam no mesmo plano. Para demonstrar isso, Gary-Prieur utiliza-se de três artifícios.

O primeiro se constitui na criação de paráfrases de (1a) e (2):

(3) *O indivíduo que se chama Zavatta e que é célebre está de volta*

(4) **A cidade que se chama Paris e que é de minha infância não existe mais*

O exemplo (3), ao contrário do (4), aceita a coordenação entre as duas propriedades do indivíduo.

O segundo artifício consiste em verificar o comportamento de frases que podem ser implicadas de (1a) e (2):

(5) *Zavatta está de volta.*

(6) *Paris não existe mais*

Segundo Gary-Prieur, (5) é uma implicação de (2), mas (6) não é uma implicação de (1a). Semanticamente, o referente do SN *O célebre Zavatta* coincide com o do nome próprio *Zavatta*, ao passo que o referente de *A Paris de minha infância* não coincide com o de *Paris*.

Além disso, os SN_s do tipo (2) podem participar de estruturas em que uma relativa descritiva é ligada ao nome próprio como uma explicativa, ao passo que os SN_s do tipo (1) participam de estruturas em que a relativa é determinativa.

(2) *O célebre Zavatta está de volta*

(7) *Zavatta, **que é célebre**, está de volta*

(1a) *A Paris de minha infância não existe mais*

(8) *A Paris **que eu conheci na minha infância** não existe mais*

Os argumentos de Gary-Prieur têm pontos fracos. No segundo artifício, nada impede que possamos aceitar a frase "Paris não existe mais" como uma implicação de "A Paris de

minha infância não existe mais"; no terceiro, também podemos ter "Paris, que eu conheci na minha infância, não existe mais", em que a extensão descritiva funciona como explicativa. Além disso, a frase "O antigo Zavatta me agradava mais", como indica Gary-Prieur, apresenta um comportamento semelhante a (1a), quando frente ao artifício da coordenação dos atributos (**O indivíduo que se chama Zavatta e que é antigo me agradava mais*), mas a sua participação numa estrutura com relativa (terceiro artifício) não fornece um resultado como (8) (*?O Zavatta que é antigo me agradava mais*). Enfim, uma frase como "O velho Zavatta continua o mesmo", ao ser submetida ao artifício da coordenação dos atributos, nos revelaria um comportamento paralelo ao (2) (*O indivíduo que se chama Zavatta e que é velho continua o mesmo*); no entanto, é possível uma outra leitura da frase, em que velho não é um atributo (*velhice*) aplicável ao indivíduo, mas algo como *saudoso*, em "O saudoso Zavatta continua o mesmo"; revelando a ineficiência do artifício da coordenação nesse caso.

Apesar da dificuldade de isolar as características da modalização do tipo (1a) das do tipo (2), algumas implicações dessa diferença são interessantes. Se em (2) tem-se a adição de duas propriedades atribuídas ao mesmo indivíduo, em (1a) não é evidente que se trata do mesmo indivíduo ao qual se possa atribuir as duas propriedades representadas pelo nome próprio e pela extensão. Nesse caso, a presença de uma expansão com valor determinativo leva à consideração da existência de outros objetos que não têm a propriedade expressa nessa

expansão. "A Paris de minha infância" se compreende por oposição a "A Paris de Hemingway", "A Paris de Trenet", etc. (p.124)

A unicidade do referente em "A Paris de minha infância" se constrói destruindo a unicidade do referente do nome próprio. Ocorre o que ela qualificou de desdobramento do ato de referência: uma primeira operação incidindo sobre o referente do nome próprio fora do enunciado e uma segunda operação incidindo sobre uma propriedade deste referente ligado ao enunciado. A construção de um novo objeto de referência se elabora sobre a base de uma operação referencial anterior. Cada predicação sobre *Paris* constitui um referente possível de *Paris*.

Georges Kleiber (1981. In: Gary-Prieur, 1989), analisando uma frase do tipo (1a), "O Pedro que eu amo não pode ter matado Maria", argumenta em favor da tese de que em *O Pedro que eu amo* é uma parte de Pedro o suposto agente da ação de matar. Se, para casos como esses, Gary-Prieur fala em **multiplicação** do referente em imagens discursivas, Kleiber fala em **divisão** (*découpage*) do referente. Essa diferença de abordagem não é relevante. O ponto de vista de Gary-Prieur, da mesma forma que o de Kleiber, está fundamentado na relação entre dois planos de existência de um objeto: o plano do virtual, do permanente, e o plano do atual, do momentâneo. Ou ainda: o plano da língua (como representação do real) e o plano do discurso, como quer Gary-Prieur.

Estamos diante de uma variação, utilizada também por Guillaume, da diferença clássica entre dois planos de pensamento. Nos termos de Guillaume, as ocorrências do tipo (1) se caracterizam por um **domínio** na passagem de um plano de pensamento para o outro; e as ocorrências do tipo (2) são marcadas pela **continuidade** dos dois planos de pensamento.

Um outro estudo, desta vez partindo da sintaxe, procura caracterizar, na estrutura interna do grupo nominal, o comportamento gramatical de construções com sintagmas preposicionados ligados ao nome. Trata-se neste estudo de renovar, aos olhos da atual versão da Gramática Gerativa, a velha oposição entre **complemento nominal** e **adjunto adnominal**. Pretende o autor (Gonçalves, 1993) mostrar quão diferente é a "intimidade sintática" que complemento e adjunto contraem em relação ao nome, bem como a diferença de escopo das modificações por eles desempenhadas no interior do grupo nominal.

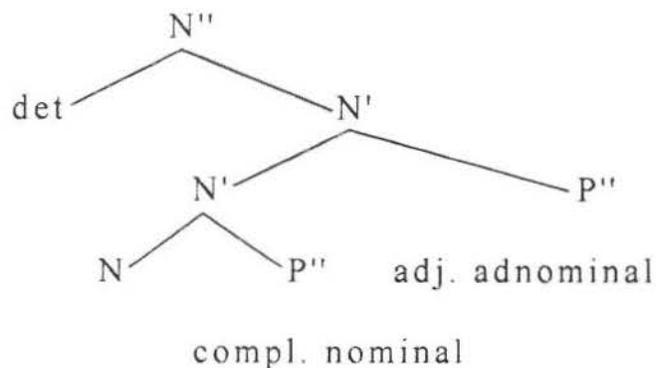
Para mostrar a diferença de grau de adesão sintática do sintagma preposicionado em relação ao nome, Gonçalves utiliza-se do teste da extraposição. A estrutura com complemento recusa a intercalação de uma expressão qualquer entre o sintagma preposicionado e o nome (1), ao passo que a estrutura com adjunto aceitaria a intercalação (2).

(1) [?] *O estudante que eu vi ontem de física se saiu bem nas provas.*

(2) *O rádio velho e acabado de pilhas quebrou.*

Isso mostra, no seu entender, que os adjuntos podem ser extrapostos mais livremente de seus núcleos, enquanto os complementos resistem mais à extraposição.

A explicação para isso parte do diagrama a seguir:



Os complementos modificam apenas o núcleo nominal a que estão ligados, ao passo que os adjuntos modificam todo o material sintático de N'. O complemento P'' expande N em N', enquanto o adjunto P'' expande N' em N', e isso explicaria porque a regra dos adjuntos é recursiva (3) e a de complementos não o é (4), argumenta Gonçalves.

(3) *O rádio de pilhas do Antônio em cima da cama está com defeito.*

(4) [?] *O estudante de física de biologia se saiu bem nos exames.*

A relação entre o núcleo nominal e o SP, quando este é complemento, é mais tipicamente argumental. O SP comple-

mento já recebe do nome o seu papel temático: o seu escopo é pré-determinado na produção da sentença. Já na relação entre o núcleo nominal e o SP, quando ele é adjunto, não se consegue prever as funções semânticas dos sintagmas preposicionados: os adjuntos não recebem papel temático dos nomes a que se ligam.

Em última análise, o sintagma "de física", em *O estudante de física*, é o atribuidor de uma propriedade pré-determinada na estrutura conceptual do substantivo. Por outro lado, o sintagma "de pilhas", em *O rádio de pilhas*, é o atribuidor de uma informação independente do verbete do nome.

Essa dualidade também se apresenta com características particulares na distinção entre **adjetivos categoremáticos** e **adjetivos sincategoremáticos**.

Dadas essas frases:

(1) *Naneco é um candidato paulista a presidente*

(2) *Naneco é um virtual candidato a presidente*

o adjetivo *paulista* na frase (1) é considerado **categoremático**, e o adjetivo *virtual* na frase (2) é considerado **sincategoremático**.

No primeiro caso, o adjetivo *paulista* predica *candidato* e essa predicação é extensiva a *Naneco*. E isso permite uma conjunção do tipo "Naneco é candidato e é paulista", em que os atributos atuam coordenados na predicação a *Naneco*. Se-

gundo Borges Neto (1991 e 1992), o que estamos predicando na verdade é o indivíduo (ou indivíduos) que compõe a extensão de classe: Naneco pertence à classe dos paulistas, sendo candidato ou não. No segundo caso, o adjetivo *virtual* predica apenas *candidato*. Uma vez que a predicação não é extensiva a *Naneco*, a coordenação dos atributos é prejudicada (*?Naneco é candidato e é virtual*). Ainda no entender de Borges Neto, os adjetivos sincategoremáticos predicam a intensão, ou a propriedade dos nomes. Assim, *virtual* aplica-se apenas à propriedade "SER *candidato*" e não ao indivíduo *Naneco*.

Adjetivos como *virtual*, *suposto*, *mero*, *pretensso* são também denominados adjetivos-adjuntos, uma vez que não ocorrem na função de predicativos. Esses adjetivos apresentam características marcadamente sincategoremáticas; no entanto, a maioria dos adjetivos pode funcionar tanto como categoremático como sincategoremático:

(3) *Naneco é um empresário honesto.*

Poderíamos imaginar o fato de que sendo empresário honesto, Naneco seria também honesto em outras circunstâncias (versão categoremática); ou, de outra forma, Naneco só seria honesto como empresário (versão sincategoremática). Borges Neto utiliza um raciocínio dedutivo para mostrar a diferença entre um e outro tipo de adjetivo. Vejamos como esse tipo de raciocínio é aplicado em (3):

- a. *Naneco é empresário e candidato a presidente.*
- b. *Naneco é um empresário honesto.*
- c. *Logo, Naneco é um candidato a presidente honesto.*

O que se esperaria da aplicação desse raciocínio é que pudéssemos, com base na sua conclusão, julgar se ele é verdadeiro ou falso. E isso resulta em fracasso.

Testes desse tipo se caracterizam como uma tentativa de amarrar o sentido numa forma pré-determinada. Isto é, uma tentativa de fazer com que a própria organicidade das três afirmativas possa revelar algo do funcionamento dos seus componentes. Trabalhar com o significado fundamentando-se em formas de organização dos enunciados categorizadas pela lógica não é a melhor maneira de praticar semântica.

Borges Neto reconhece estas dificuldades:

A dificuldade de encontrarmos contrapartes morfo-sintáticas claras à distinção semântica (não se tratam de diferentes classes de adjetivos; não são óbvias diferentes relações entre os adjetivos e os substantivos; a distinção "atributivo/predicativo", embora possa resolver alguns problemas, coloca outros maiores, etc.) bem como a constante exigência de informações tipicamente pragmáticas (contextos de uso; intenções dos falantes; ambiguidades de uso; etc.) parecem nos encaminhar para um tratamento mais amplo que o tratamento semântico para a questão. (Borges Neto, 1992: 125)

Frente a esse desafio, ele toma como seu objetivo encontrar uma sustentação sintática para a distinção. No nosso estudo, essa distinção se insere no âmbito de um programa de semântica que contempla a enunciação e o interdiscurso.

Uma outra proposta interessante para a elucidação da diferença entre os dois tipos de construção nominal é a de Bolinger (1967), particularmente quando trata da diferença entre dois papéis que o adjetivo pode exercer na relação com o substantivo: "referent-modification" e "reference-modification". Ele usa o seguinte exemplo:

The boy is a student } → *The boy is an eager student*
The student is eager

Segundo Bolinger,

"The student is eager" uses "student" in a different sense, as a designation of an individual, and amounts to say: "The boy is eager". "An eager student", however, suggest someone who is eager "qua" student. The first is referent-modification, the second is reference-modification. (p. 15)

Seguindo-se essa linha de raciocínio, pode-se contrapor o papel do adjetivo "sonolento" ao papel do adjetivo "exemplar" em, respectivamente, *Ele é um policial sonolento* e *Ele é um*

policial exemplar. No primeiro caso, pode-se substituir "policial" por "homem", "marido", etc sem que se mude a relação entre ele e a propriedade *sonolento*. No segundo, nada assegura que a propriedade exemplar seja transferida caso a mesma substituição fosse efetuada (Borges Neto, 1991. p. 29-30).

Da tese de Bolinger, quero destacar a diferença entre o "modificar um referente" e o "modificar uma referência". No próximo capítulo, quero mostrar como essa diferença pode contribuir para o enriquecimento da análise em torno da denominação do idioma falado no Brasil. Mas isso só acontecerá se soubermos conduzi-la por um outro caminho, onde as noções de referente e referência ganham uma dimensão que não é a de Bolinger. Aí talvez possamos compreender melhor porque seria bem possível termos o enunciado "João, que é sonolento, entrou para a academia de polícia", mas dificilmente poderíamos ouvir algo como "João, que é exemplar, entrou para a academia de polícia".

A distinção que estamos perseguindo até aqui também se mostrava produtiva nas gramáticas clássicas. Particularmente quando elas abordavam o problema da descrição das construções relativas. Vamos refletir sobre isso, apoiados numa análise crítica de P. Henry sobre a relação entre a descrição das relativas e o problema da determinação.

P. Henry (1975), ao apresentar o problema da distinção entre relativas restritivas e relativas explicativas na gramática clássica, discute a relação entre **pensamento e discurso**, em

que estão fundadas as abordagens clássicas da determinação na linguagem.

Nessas abordagens, principalmente na *Grammaire de Port-Royal*, as construções com **relativas restritivas** são descritas como construções que identificam o antecedente que está em questão no discurso. Dessa forma, na medida em que o substantivo, núcleo do grupo nominal, não pode por si só cumprir o papel de referir-se a um ser específico da ordem das coisas ou do pensamento, a relativa restritiva intervém para determinar esse substantivo, isto é, particularizar a designação. Nos termos de P. Henry, as relativas restritivas contribuem para a constituição do objeto do discurso em objeto exterior ao discurso.

As construções com **relativas explicativas**, ainda no âmbito das gramáticas clássicas, são descritas como construções que enunciam uma particularidade do que está em questão no discurso, no entanto, esta particularidade não intervém na função referencial, porque supõe-se que o substantivo antecedente já cumpriu o papel de identificar o referente. As necessidades de identificação prática foram asseguradas independentemente da explicativa. Assim sendo, a noção de determinação assume outro sentido, explica P. Henry: é o substantivo - ou o grupo nominal - antecedente que determinaria na realidade a relativa explicativa permitindo relacioná-la a um objeto já praticamente identificado na ordem das coisas ou dos pensamentos.

Em suma, estas são as duas concepções (antagônicas) de **determinação** na gramática clássica, as quais P. Henry resume nestes termos:

Num caso, a identificação prática do objeto do discurso depende de correlacionar as unidades na cadeia discursiva e, neste caso, o determinante é a relativa e o determinado é o antecedente de que a relativa particulariza a designação [relativa restritiva]. No outro caso, a identificação prática é independente da correlação das unidades na cadeia, e o determinado é então a relativa e o determinante é o antecedente que especifica a designação da relativa [relativa explicativa]. (p. 81)

Se no primeiro caso a ordem das coisas ou do pensamento é que explica o fundamento da relação determinante/determinado, no segundo, essa relação se dá na ordem do discurso.

Aliado a isso, há um outro aspecto da diferença entre restritivas e explicativas que se sobressai nas gramáticas clássicas.

Dado que as construções com restritivas estão ligadas à identificação prática do referente, a idéia expressa por essas construções não é asseverada. Em "Os senadores que são honestos não aceitam propinas", considerando a relativa *que são honestos* como restritiva, não se assevera nem dos senadores em geral, nem de algum senador em particular, que ele seja

honesto. A relativa deste tipo tão somente especifica o referente do substantivo de forma a atingir a generalidade frente ao predicado. Por outro lado, se se considera *que são honestos* como uma relativa explicativa, a idéia expressa por essa relativa é considerada como asseverada. Nesse caso, está-se julgando efetivamente a honestidade dos senadores.

P. Henry ressalta que os dois funcionamentos da relativa nem sempre são marcados pela presença ou ausência de vírgulas. Sendo idênticas as formas das duas relativas, há dois problemas que se imbricam, afirma P. Henry: um é o das definições (antagônicas, como mostramos acima) dos dois tipos de relativas e o outro é o da classificação de tal ou tal relativa particular num ou noutro tipo. Da mesma forma que o primeiro, o segundo também concerne à relação entre a ordem do pensamento e a ordem do discurso.

A dominância da ordem do pensamento sobre a ordem do discurso na gramática clássica se confirma numa passagem do *Le logique et l'art de penser*:

*Pour savoir si le qui est déterminatif ou explicatif,
il faut souvent avoir plus d'égard au sens et à
l'intention de celui qui parle, qu'à la seule expression.*

(in: Henry, 1975:47)

Segundo P. Henry, a abordagem clássica do problema da determinação consiste em partir da ordem do pensamento para estabelecer a ordem do discurso com a finalidade de retornar à ordem do pensamento. Jamais há confronto entre as duas or-

dens, pois sempre se figura um **sujeito** (universal e racional) capaz de conceber as relações do pensamento, das coisas e do discurso e, portanto, capaz de "direcionar" o sentido da determinação.

Tanto a visão das gramáticas clássicas sobre as relativas como aquelas que vínhamos apresentando desde o início do capítulo sobre a relação entre o nome e modificadores nas construções nominais se caracterizam como abordagens que ancoram aquela distinção em outras distinções do tipo virtual/atual, permanente/temporário, extensional/intensional ou estrutura A x estrutura B.

Um outro traço dessas abordagens se configura no fato de se invocar o "contexto", ou as "intenções" do falante, quando uma dada construção pode conter uma expansão que se comporta tanto complementar quanto adjunta, ou tanto sincategoremática quanto categoremática, ou tanto restritiva quanto explicativa, e assim por diante. O **quadro 1** mostra um resumo dessas posições.

Vamos agora introduzir nesse debate dois estudos que se caracterizam por fazerem intervir na discussão elementos enunciativos e discursivos, que quebram a relação direta entre língua e realidade (exterioridade) ou entre língua e temporalidade ou ainda entre estrutura e significado; essas relações serviam de fundamento para a distinção até este momento. Assim, a reflexão de P. Henry sobre **referencialidade e formações discursivas**, bem como a análise de E. Guimarães sobre o sentido de **cidadão** em textos constitucionais no Brasil

são estudos que também tocam na distinção que vimos perseguindo até o momento neste capítulo; mas, ao contrário dos anteriores, se inserem num tipo de abordagem em que o papel da discursividade é decisiva.

Quadro 1

Leão de pedra	Filho de funcionário	A Paris de minha infância	Estudante de física	Candidato virtual	Policial exemplar	Os senadores que são honestos ...
Domínio	Caracterização	Construção do objeto de referência	Complementação	Sincategorematicidade	Modificação da Referência	Construção Restritiva
A idéia do nome se minimiza em função de sua ocorrência	<u>Subordinação</u> : relação tema/propósito se dá fora do âmbito linguístico	<u>Multiplicação</u> de um objeto da realidade no discurso	<u>Maior grau</u> de adesão sintática: propriedade pré-terminada na estrutura conceptual do nome	<u>Intensionalidade</u> : o adjetivo predica uma propriedade do nome	A modificação geralmente é exercida na posição atributiva	O ponto de vista sobre o nome <u>não é asseverado</u> no âmbito do discurso

X

Leão da pedra	Filho deste funcionário Filho do funcionário X	O célebre Zavatta	Rádio de pilhas	Candidato paulista	Policial sonolento	Os senadores, que são honestos, ...
Continuidade	Atualização	Manutenção do objeto de referência	Adjunção	categorematicidade	Modificação do Referente	Construção Explicativa
Fixação da idéia global do nome	<u>Coordenação</u> : relação tema/propósito faz parte da formulação linguística	<u>Manutenção</u> do objeto da realidade no discurso	<u>Menor grau</u> de adesão sintática: atribui propriedade independente do verbete do nome	<u>Extensionalidade</u> : predica o indivíduo que compõe a extensão da classe	A modificação pode ser exercida na posição predicativa	O ponto de vista sobre o nome <u>é asseverado</u> no âmbito do discurso

Guillaume, 1975	Bally, 1965	Gary-Prieur, 1989	Gonçalves, 1993	Borges Neto, 1991/2 Quine, 1960 Katz, 1966	Bolinger, 1967	Gramáticas clássicas
-----------------	-------------	-------------------	-----------------	--	----------------	----------------------

B. As Expansões Nominais e a Discursividade

P. Henry, no mesmo artigo a que aludimos acima, coloca em pauta o problema da referencialidade como um fator de peso para explicar a distinção entre as relativas. Ele entende, como Jean-Claude Milner, que "a referencialidade tem como característica o fato de admitir substitutos sinônimos". Mas a reflexão de Henry se direciona para um caminho diferente do de Milner quando define a expressão "substitutos sinônimos". Milner propunha que a substituibilidade de uma expressão é considerada como uma característica dessa expressão. Em outros termos, o substituto sinônimo de uma expressão pode ser considerado como uma definição "do estilo dos dicionários", isto é, uma definição que se quer não contextual. Assim, a substituibilidade seria um efeito da referencialidade. Por seu lado, P. Henry defendia a tese de que a referencialidade é um efeito da substituibilidade, e não o contrário. Essa tese, que ele retomou de M. Pêcheux e C. Fuchs, pode ser resumida nos seguintes termos:

a relação de paráfrase é constitutiva do efeito de sentido e da relação a um referente que implica esse efeito. O efeito de sentido não está nas unidades mas em suas relações. Em outros termos, seria a substituibilidade da unidade que constituiria o objeto do discurso em objeto exterior ao discurso, precisamente porque ele é susceptível de aí figurar por formas diferentes daquela que o representa sem que o sentido do discurso seja

modificado. Deve-se então considerar que é a substituibilidade de uma unidade num discurso dado que lhe confere neste discurso um caráter referencial e não o fato de que se possa definir, fora de contexto, a classe de seres susceptíveis de serem designados por esta unidade.

(Henry, 1975: 88-9)

Encontra-se aqui uma das chaves para se entender os fundamentos da Análise do Discurso que M. Pêcheux formulava naquela época: os substitutos efetivos possíveis de uma expressão não são definidos pelo seu "sentido intrínseco", mas por suas possibilidades de funcionar com um sentido regulado por condições precisas de produção e interpretação do discurso. Mais precisamente, a noção de substituibilidade (ou de paráfrase) é uma noção discursiva e "remete àquela de **formação discursiva** enquanto determinação daquilo que pode, numa conjuntura dada e a partir de uma posição dada, ser substituto de uma determinada unidade" (idem. P.89).

Tendo isso em vista, fazia-se necessário abandonar a noção tradicional de determinação, que consistiria na seleção de uma subclasse ou de um ser único no interior da classe de seres designados por um substantivo definido fora de todo contexto. No entender de P. Henry, a concepção de determinação está ancorada na relação parafrástica entre unidades discursivas.

A noção de paráfrase discursiva decorre do fato de que o discurso é determinado, de um lado pela autonomia relativa da

língua,⁶ e de outro pelas formações ideológicas que relacionam o discurso às formações discursivas. O discurso não é inteiramente determinado em sua produção e interpretação pela língua e isso explica como "formulações diferentes quanto a sua materialidade possam estar ligadas a um mesmo efeito de sentido, mas nem por isso estas diferentes formulações podem ser consideradas como mantendo umas com as outras relações que adviriam da autonomia relativa da língua (como o que se chama 'paráfrase' no sentido linguístico do termo)" (idem. p. 95).

A noção de paráfrase, assim definida, adquire uma outra característica: ela pode operar sem que se realize materialmente sob a forma de uma relação material de sequências efetivas. Nos termos de P. Henry, "a materialidade das formações discursivas não se reduz à materialidade das sequências discursivas" (idem. p. 97). O processo parafrástico, nesse sentido, pode fazer intervir uma **memória**, um "já-dito", anterior e exterior à existência de uma sequência dada.

Tendo em vista a especificidade da noção de paráfrase discursiva, P. Henry formula uma explicação para o funcionamento das relativas.

⁶ . Segundo P. Henry: "a autonomia é relativa, pois na produção e na interpretação do que se chamará **sequências discursivas**, isto é, discursos "concretos", as fronteiras entre o que separa e o que advém da autonomia relativa da língua e o que advém da determinação destes discursos "concretos" face às formações discursivas não podem ser assinaladas *a priori*"

Do ponto de vista sintático, que deriva da autonomia relativa da língua, não há senão uma única estrutura: a presença do pronome relativo, enquanto pronome que é, representa a relação entre o antecedente e a relativa como uma relação **intra-sequencial**, com o efeito da correlação entre uma sequência e ela própria. Mas há outra modalidade de pôr em relação duas sequências: a **inter-sequência**, com o efeito da correlação entre duas sequências discursivas distintas. Nesse caso, as relações de paráfrase que estão em jogo supõem a possibilidade de produzir outras superfícies que materializam estas relações de paráfrase. É na modalidade inter-sequência que o processo parafrástico faz intervir a memória, produzindo o efeito de anterioridade da sequência, que P. Henry e Pêcheux denominam de "**pré-construído**". Aí está o porquê dos gramáticos clássicos afirmarem que nessa modalidade o ponto de vista sobre o nome não é asseverado no âmbito do discurso.

E. Guimarães (1992), analisando os textos da Constituição do Império do Brasil, de 1824, da primeira Constituição da República, de 1891, e dos decretos que deram o suporte jurídico ao movimento republicano brasileiro, destacou aspectos relevantes da diferença entre as modalidades de relação entre sequências, descritas por P. Henry. Isso lhe permitiu produzir um conhecimento sobre os fundamentos da cidadania no Brasil no final do século passado.

O enunciado que formalmente define a cidadania no Império é o Artigo 6º do Título II (Dos Cidadãos Brasileiros). Especificamente, Guimarães se detém no item 1º deste artigo⁷:

Art. 6º - São cidadãos brasileiros:

1º) Os que no Brasil tiverem nascidos, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação.

Na fundação da República, o enunciado que fornece uma definição para o cidadão está no decreto 510 de 1890, editado pelo governo provisório. O artigo 69 desse decreto é semelhante ao do artigo da Constituição do Império:

Art. 69 - São cidadãos brasileiros

1º - Os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo a serviço de sua nação.

Tomando-se o artigo *os* (capítulo 1º) como dêitico, em ambos os textos, recorre-se à noção geral de pessoas, ou indivíduos para formular a definição de "cidadãos brasileiros". No entanto, no texto do Império, há uma especificação encaixada que é muito importante para se entender o sentido da categoria de *cidadão*. Trata-se da expressão "quer sejam ingênuos ou li-

7. Os outros itens do artigo (do 2º ao 5º) se referem aos casos particulares, relativos aos brasileiros que têm laços de filiação com estrangeiros, ao portugueses que optaram por residir no Brasil quando da Independência e aos estrangeiros naturalizados.

bertos" (ainda no capítulo 1º), que mantém uma relação do tipo explicativa com a oração anterior. Ela funciona no enunciado como se só houvesse, no "universo" considerado, "indivíduos ingênuos ou libertos", produzindo o que Pêcheux (1975) denominou de *efeito de sustentação*⁸.

Dessa forma, paradoxalmente, não é determinante, para ser cidadão brasileiro, ser um indivíduo nascido na região geograficamente denominada de Brasil. Suspende-se a geografia em favor de uma forma específica de configuração da cidadania. A forma como se construiu o universo de indivíduos pertencentes à categoria de cidadão não foi a da "delimitação" da categoria. Essa configuração surgiu não da forma de constituir o universo dos cidadãos, mas da forma de o identificar. Daí porque o efeito ser o do **retorno do conhecido**. E é dessa forma que se "desconhece" o escravo como cidadão e por extensão como brasileiro. Assim, na expressão cidadão brasileiro, é *cidadão*, da forma como foi configurado, que determina *brasileiro* (p.7).

No texto do decreto republicano, não há evidentemente a construção encaixada. O fato de ter nascido no território brasileiro é um fato circunstancial que qualifica cidadão. Aqui, tomando a expressão cidadão brasileiro, é *brasileiro* que determina *cidadão*.

8. O efeito de sustentação é, segundo Pêcheux, a evocação daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base. (Pêcheux, 1975:111)

Essa é a leitura do artigo "os" como dêitico. De outra forma, podemos tomar o artigo "os" como anafórico. Nesse caso, tanto nos textos do Império como nos da República, *cidadão* não designa simplesmente **pessoa, indivíduo**. Tendo em mente essa leitura, seriam **cidadãos brasileiros, os cidadãos que ...**. A categoria de *cidadão* comparece como um pré-construído⁹. Trata-se, segundo Guimarães, de uma irrupção do sujeito do discurso liberal no texto de ambas as constituições. Na Constituição do Império, dado o efeito de sustentação, que exclui os negros da cidadania, esse discurso liberal torna-se rarefeito, o que não acontece com o texto da Constituição da República, onde o efeito de pré-construído do discurso liberal funciona plenamente.

Mas uma análise enunciativa, da forma como vem sendo definida por Guimarães, requer que se tome a organização da sequência linguística em relação a uma posição enunciativa no acontecimento em que essa sequência se dá. Dessa forma, há que se tomar as relações entre nome e atributo (*cidadão brasileiro*) também em relação ao lugar do sujeito-cidadão nos textos. Especificamente, Guimarães busca definir o lugar do sujeito-cidadão tendo em vista a relação de posições enuncia-

⁹. O termo pré-construído foi utilizado por Pêcheux e P. Henry. Trata-se de um efeito de anterioridade e de implicitamento admitido pelo sujeito. Esse efeito de anterioridade é apresentado por Pêcheux como a irrupção de um domínio de pensamento sobre outro domínio de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o "impensado do seu pensamento". (Pêcheux, 1975 e Henry, 1975).

tivas na qual se constitui a performatividade dos textos em pauta. E neste aspecto os textos do Império e da República diferem-se um em relação ao outro.

Na constituição do Império, o momento em que a performatividade do texto se apresenta de forma mais contundente é o da formulação do início do preâmbulo, enunciado da posição do Imperador:

Fazemos saber a todos os nossos súditos, que, ...

Se no artigo 1º da mesma constituição o Império é a associação dos cidadãos, o Imperador promulga a constituição para os súditos, que estão sob a sua autoridade. A posição de sujeito-cidadão é ocupada por **súditos** do Imperador (p. 4 e 5).

Nos textos que fundam a República, há sempre uma subcategorização da categoria de cidadão, como nos revela o texto da Proclamação da República:

O povo, o exército e a armada nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo.

A cidadania se distingue em povo, exército e cidadãos das províncias. A perspectiva enunciativa se constitui no lugar das forças armadas: o povo é o "destinatário" dessa posição.

Nos termos de Guimarães, se, no Império, o Imperador é aquele que está acima do corpo social, na República, são as forças armadas que, colocando-se como lugar externo, são capazes de arbitrar o texto da lei. Assim, "a cidadania se vê formulada e instabilizada pelo lugar que a formula" (p. 9).

Como vimos, a constituição da categoria do cidadão foi apreendida a partir das relações que cruzam os textos analisados. A determinação nesse trabalho não é algo que se opera como uma relação configurada na horizontalidade da cadeia linguística (abordagem plana) e numa direção pré-determinada pelo sistema linguístico (a determinação do adjetivo em relação ao substantivo). A direção desse processo, segundo Guimarães, é um efeito das relações entre posições de enunciação que se solidificam no texto.

C. Enunciação e a Construção Nominal

A distinção entre os dois tipos de construção nominal que acabamos de apresentar podem nos levar a distinções de ordem mais geral, distinções que frequentemente se apresentam nos estudos semânticos como fundamento para se discutir os limites da semântica e da pragmática. No **cap. 4** discutiremos esse aspecto com mais detalhes.

Dissemos no capítulo anterior que um dos principais debates em torno do conceito de enunciação está vinculado à indagação sobre o estatuto da realidade linguística que permite se conceber teoricamente a separação entre o “dito” e o “dizer”. Vamos defender a tese de que, antes de se perguntar pela realidade linguística da separação entre o “dito” e o “dizer”, é necessário que interroguemos pela demanda que torna a relação entre o “dito” e o “dizer” uma relação relativa ao acontecimento enunciativo. Mas ela não é relativa apenas ao acontecimento, uma vez que ela demanda uma relação anterior, já formulada discursivamente. Dessa forma, não é um referente no “mundo”, qualquer que seja a categorização que possamos fornecer para esse “mundo”, mas um referente formulável discursivamente que é categorizado no nosso conceito de enunciação.

A enunciação produz-se como acontecimento do enunciado. E esse “produzir-se”, argumentam alguns, envolve uma motivação que lhe é exterior, um impulso exterior, em que en-

trariam os fatos cognitivos, de ordem funcional, motivados por categorias da realidade. Mas a pertinência desses fatos no acontecimento enunciativo só adquire relevância se os concebemos no seu funcionamento em outras instâncias de ocorrência anteriores. No enunciado, esses fatos adquirem constitutivamente uma necessidade histórica. Caberia aqui um trecho de um artigo de S. Auroux (1994):

Evidentemente, alguma coisa como adrenalina existe. A adrenalina não é nem um quark, nem, digamos, um elétron, ou melhor, nem qualquer uma das entidades EP_i que constituem a composição última do universo na teoria física, cuja validade nós reconhecemos (em relação a esta composição, há provavelmente outras hipóteses corretas, mas elas não estão disponíveis). Os EP_i podem existir sem a adrenalina. O inverso não é verdadeiro. É essa dissimetria que introduz uma hierarquia de entidades. Se decomusermos a adrenalina, obteremos os EP_i . Isso não significa que as propriedades da adrenalina não lhe pertençam de forma inerente. O que vincula a existência dos EP_i à existência da adrenalina não é uma relação de necessidade mas uma história e uma evolução. (p. 242)

Diríamos então que não haveria uma necessidade inerente, da natureza dos objetos, mas uma necessidade histórica.

Tomemos como exemplo disso a construção *candidato paulista*. A condição de candidato não é colocada no âmbito da enunciação: ela é pré-construída, isto é, ela já foi formula-

da em outras instâncias de referência, em outras relações discursivas. A relação entre o substantivo e o modificador está ancorada numa dessas instâncias. Dessa forma, ela é tão somente atualizada no acontecimento enunciativo. Mas em *virtual candidato*, a sua condição de candidato está colocada no âmbito enunciativo. O papel de modificador é válido na ocorrência, ou no âmbito enunciativo; isto talvez explique o maior grau de adesão sintática entre o nome e o modificador. Mas, se essa relação se dá na esfera do próprio acontecimento enunciativo, ela só é possível em virtude de uma outra categoria de pré-construído: não a da sua condição de candidato, mas a da relação entre uma candidatura e uma condição de candidato. Reside aqui, precisamente na natureza dessa relação, aquilo que será um dos fundamentos do programa de semântica que estamos perseguindo neste estudo (ver: **cap. 4**). Do ponto de vista de uma semântica da enunciação, não há que postular uma relação entre "uma candidatura" e "um candidato", como seria de se esperar numa semântica do tipo intensional; muito menos postular uma relação entre "uma candidatura" e "um candidato X", definido fora das relações discursivas. Em outros termos, o que nos interessa não é a relação necessária e suficiente entre **candidatura** e **candidato** e muito menos a relação contingente entre candidatura e o candidato enquanto indivíduo no mundo; interessa-nos a relação histórica entre a candidatura e a condição discursiva de candidato. Daí poderemos afirmar que o acontecimento enunciativo só se dá pelo

fato de ele ter a sua referência já constituída discursivamente, e anteriormente a ele (acontecimento)¹⁰.

¹⁰. Essa afirmação se pauta por anotações de aula do professor Eduardo Guimarães, no programa de pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, bem como por algumas formulações presentes em Guimarães (1995, capítulo IX), acerca do sentido e da historicidade.

A Língua Brasileira

Vamos a uma análise dos textos referentes à denominação do idioma nacional. Especificamente, vamos mostrar como a distinção apresentada no capítulo anterior funciona na configuração de uma referência para a denominação *língua brasileira*. A construção de grupos nominais que funcionam seja **explicando**, seja **determinando** os nomes *língua brasileira* e *língua portuguesa* será o objeto imediato na análise. Essas construções se configuram como "estações de cruzamento" das vias de sentido que percorrem os textos.

Passemos então aos textos que apresentam posições contrárias aos projetos de mudança da denominação.

A. Posturas Contrárias à Mudança

Vamos partir de um trecho do discurso do vereador Jansen Müller, da Câmara do Distrito Federal, proferido em 1935. Conforme a sua própria declaração no trecho a seguir, ele votaria a favor do projeto de mudança de denominação do idioma; no entanto, nos seus discursos, ele argumenta contra a necessidade dessa mudança.

(1)

O Sr. Jansen Müller - Não recuso o meu voto ao projecto do Sr. Vereador Frederico Trotta, devido ao facto de recear que pareça uma falta de patriotismo negar que no Brasil se falla a lingua brasileira.

5 *Entretanto, immensa seria a minha satisfação se o brasileiro, que se falla em nosso paiz, fosse igual ao brasileiro que todos os brasileiros escrevem.*

(Anais da Câmara Municipal do D. Federal. Julho de 1935.
p. 299)

Vejamos o funcionamento das construções nominais: "o brasileiro, que se falla em nosso paiz" e "o brasileiro que todos os brasileiros escrevem" (linhas 6 e 7). Objetivamente, cabe a pergunta: que relação *brasileiro* mantém com o seu modificador no primeiro e no segundo casos? Vimos que, para responder a perguntas dessa natureza, estudiosos das mais diversas tendências, em diferentes momentos da história do pensar sobre a linguagem, formularam juízos que de alguma forma caminham paralelos.

Vamos defender a idéia de que, no primeiro caso ("o brasileiro, que se falla em nosso paiz"), o referente de *brasileiro* comparece no acontecimento enunciativo como um pré-construído, como um objeto já formulado em outras instâncias de referência, em outras relações discursivas. A relação entre o substantivo e o modificador "que se falla em nosso paiz" está ancorada numa dessas instâncias. Isso nos permite dizer que o modificador cumpre a função explicativa (esse modificador é uma **relativa explicativa**). Isso justificaria, da mesma forma, a posição clássica segundo a qual, nesse tipo de funcionamento da relativa, o ponto de vista sobre o nome é asseverado no âmbito do discurso. Essa idéia tem fundamento, uma vez que um ponto de vista funciona sobre algo já constituído, à maneira de uma relação tema/propósito, como quer Bally (ver quadro 1).

No segundo caso ("o brasileiro que todos os brasileiros escrevem"), temos também um pré-construído, mas ele adquire um outro estatuto. Não está em causa aqui a anterioridade de um referente; antes disso, está em causa a anterioridade de uma relação de referência, relação essa que autoriza a ocorrência da construção, mas esconde o ponto de vista, que funciona como já ocorrido na relação de referência. Daí podermos dizer que a construção toda funciona como uma expressão designativa, uma vez que a designação funciona tendo como anterior a ela uma relação de referência discursivamente consig-

nada¹¹. Novamente, é justa a formulação de C. Bally, para quem, em casos como esse, a relação tema/propósito se dá fora do âmbito linguístico.

A presença da vírgula, numa das construções, e sua ausência, na outra, talvez possa nos indicar algo acerca do "grau de adesão sintática", de que fala Gonçalves (1993), nessas construções. Ela marcaria a relação entre tema/propósito, no primeiro caso. No segundo, a especificidade do pré-construído levaria a uma maior adesão sintática na construção; daí a ausência da vírgula.

Em suma, sendo a enunciação definida como um acontecimento histórico relativo à produção do enunciado, podemos dizer que, do ponto de vista do seu referente, a enunciação só se constitui como acontecimento histórico uma vez que a sua referência é constituída anteriormente a ele (acontecimento), como sua memória discursiva. Há duas formas de constituição dessa referência: na primeira, o referente assume um efeito de objeto já formulado em outras instâncias de discurso; na segunda, o referente assume o efeito de objeto constituído no próprio acontecimento enunciativo, ao mesmo tempo em que a relação de referência funciona como já constituída em outras instâncias de discurso.

Na nossa abordagem, e nisto ela se diferencia daquelas do quadro 1, a distinção entre os dois tipos de funcionamento

¹¹. Ver nota 10. p. 76.

das construções nominais ganha relevância teórica e metodológica na medida em que a cruzamos com outras, para as quais ela funciona como **parâmetro**. Vamos então traçar uma distinção, que irá fundamentar aquilo que doravante chamaremos de eixo enunciativo 1 e eixo enunciativo 2; essa distinção está desenhada nos próprios termos dos modificadores: "que todos os brasileiros escrevem ", de um lado, e "que se falla em nosso paiz ", de outro.

No primeiro caso, o processo verbal está determinado por um agente explícito ("todos os brasileiros"). No segundo, está determinado pela circunstância de lugar ("em nosso paiz"); o agente está indeterminado. Tendo em vista isso, o que poderíamos afirmar a respeito da abrangência e da configuração semântico-enunciativa dos agentes nos dois casos?

No primeiro caso, temos uma configuração do agente em termos da **cidadania** e na sua abrangência máxima: o operador "todos" é indicativo disso. No verbo é que se pode pensar a restrição na abrangência. Assim, "o brasileiro que todos os brasileiros escrevem" pode ser substituído por "o brasileiro dos que escrevem". Vou argumentar adiante (quando estivermos caracterizando o eixo enunciativo 1) que, em casos como esse, produz-se uma dimensão constitutivamente excludora ("o brasileiro dos que não escrevem"), como centro a partir do qual se indica a abrangência. Tendo em vista essa dimensão é que se pôde operar com o indicador de abrangência "todos os brasileiros".

No segundo caso, temos uma abrangência definida em termos **territoriais**. O agente de falar não passa por nenhuma categorização interna, do tipo cidadania, como no primeiro caso, mesmo porque ele não aparece como argumento da oração. O verbo, por sua vez, também não projeta nenhuma restrição de abrangência desse agente. Em suma, em "o brasileiro, que se falla em nosso paiz", a única medida de abrangência do agente vem de uma categorização externa, do tipo circunstancial. Veremos que isso contribui de forma decisiva para caracterizarmos o eixo enunciativo 2.

Vejamos algumas pistas mais seguras, que irão nos levar à proposição dos dois eixos enunciativos, num trecho do discurso de Aureliano Leite, deputado da Câmara Federal de 1935, rejeitando o projeto de mudança de denominação do idioma falado no Brasil.

(2)

Existirá, de fato, uma língua brasileira?

Talvez que sim. Mas não é a em que falam os homens educados. Não é a em que nós, Deputados do Parlamento, nos exprimimos, mesmo na intimidade. Não é a em que oramos e escrevemos. Não é a com que convivem e conviveram os nossos maiores prosadores e poetas. Não é a em que se expressaram Matias Aires, João Francisco Lisboa, Santa Rita Durão, Gonçalves Dias, Araújo Porto Alegre, Castro Alves, Silveira Martins, Tobias Barreto, Raul Pompéia, Bernardo Guimarães, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, João Ribeiro, Raimundo

Correia, Bilac, Coelho Neto, Sílvio de Almeida, Silva Ramos, Amadeu Amaral, para só citar algumas das nossas maiores figuras mortas.

15 *Não é enfim a língua com que se edificou o nosso já considerável patrimônio literário.*

Mas é, exceptuando as vozes primitivas da Nação, é aquele dialeto caipira estudado por Amadeu Amaral. É outro dialeto regionalista, é ainda a meia-língua do povilêu, das cidades, o idioma corrompido, a fala vil, a
20 *gíria, o calão, o caçanje, não ao expressar da tribo livre dos Caçanjes da África, ou ao que se pareça com as suas vozes, mas a toda língua, seja de que país for, mal falada ou escrita. Chama caçanje como poderia chamar macarrônica, sem alusão ao que se pareça com o italiano*
25 *... Também, como nós, todos os outros países modernos, formaram o seu caçanje, paralelamente com a sua linguagem nobre. Já em Roma sucedeu a mesma coisa pelo expressar plebeu que era batizado indiferentemente:*
30 *rústico, castrense, pedestre ou cotidiano.*

(LEITE, Aureliano. 1935. p.330-1)

Há aqui uma oposição constituída sob dois eixos.

O primeiro eixo surge do esforço de sustentar uma posição a partir da qual se estabelece o que não é língua brasileira (linhas 2-16):

"não é a (língua):

...em que falam...

...em que nós, ...nos exprimimos...

...em que oramos e escrevemos...
...com que convivem e conviveram...
...em que expressam...
...com que edificou..."

No segundo eixo agrega-se um conjunto de particularismos, que passam a caracterizar o que é língua brasileira (linhas 17-24):

aquele dialeto
outro dialeto
a meia-língua do povilêu
o idioma corrompido
a fala vil
a gíria
o calão
o caçanje

Na formação do primeiro eixo, há a tentativa de caracterizar um conjunto de ocorrências de língua. O referente de "língua" é constituído na formulação de propriedades de uso efetivo dessa língua. Ele nasce da relação entre discursos afins. A identidade dos discursos dá o caráter referencial para a língua. E daí vem o efeito de unidade e de homogeneidade: mostrar a amplitude das atividades de uso da língua ("em que exprimimos/oramos/escrevemos"; "com que convivem/edificou"), bem como a sua duração no tempo ("convivem/conviveram") funciona como a abertura de um leque: quanto mais ele é aberto, mais fica evidente um centro,

para onde convergem os desdobramentos. O centro é um efeito dos desdobramentos. Efetivamente, o leque não guarda em si um centro: o colocar em funcionamento o leque é que produz um centro. Da mesma forma, o efeito do centro não está diretamente relacionado à sua função. Esse é também um dos efeitos enunciativos sobre a língua, qual seja, colocar o enunciador numa posição em que ele participa desse funcionamento (tal é a relação entre o "dizer" e o "dito"). E aí ele é "afetado" pelo funcionamento da língua.

A mudança do nome do idioma representaria uma mudança no eixo social: o nome "língua brasileira" levaria a uma mudança efetiva de nome e de referente. Isto porque o enunciador, colocando-se na perspectiva do primeiro eixo, efetivamente vê o outro eixo como um outro referente. Dessa forma, o nome "língua brasileira" viria a desestabilizar um discurso, porque passaria a referir a objetos circunscritos, não por discursos, mas por uma dispersão que não lhe confere uma identidade. Ela não permite uma identidade definida porque, como vimos no início deste capítulo, é calcada em categorizações "externas", do tipo circunstanciais. Essa dispersão se revela na falta de nitidez da própria categorização do idioma (*um dialeto, outro dialeto, a gíria, o calão*). Uma vez que não constitui discurso, o nome "língua brasileira" adquire uma relação de sinonímia com outros nomes: *fala vil, idioma corrompido, meia-língua do povilêu, caçanje, etc.*

Tendo em vista o conceito de ideologia de Eni Orlandi (**cap. 1**), podemos dizer que, no primeiro caso, o caráter

ideológico se constitui no efeito do centro quando o referente se constitui no discurso, e, no segundo, ele se constitui no fato de se tomar a palavra como capaz de refletir o significado sem que ela passe por um discurso.

Muito importante também é a oração encaixada na linha 17: "excetuando as vozes primitivas da nação". Estas vozes primitivas não se alinhariam no segundo eixo, portanto. Se ao referente do segundo eixo é negada uma identidade definida, dada a dispersão da referência, aqui a identidade ganha nitidez em referência à nação ("vozes primitivas da nação"). No entanto, ela não comparece como discurso: é uma "voz primitiva". Dessa maneira, ela não se alinha no primeiro eixo; mas, ao mesmo tempo, não se insere no segundo, tendo em vista a especificidade da ancoragem de sua referência. Reproduz-se aqui a situação do índio no Brasil: perfeitamente identificado com a idéia de nação, mas cujo discurso não se integra no corpo social.

O conjunto de referentes que constituem o segundo eixo, pode ser tanto o "dialeto regionalista", como "a meia-língua do povilêu das cidades", quanto "toda língua, seja de que país for, mal falada ou escrita". Nesse caso, a visão fragmentária é caracterizada de tal forma que produz recortes que fracionam o conjunto de falantes do país (o regional, o da cidade); e, mais do que isso, produz um recorte no qual é possível romper as fronteiras da nação: "toda língua, seja de que país for, mal falada ou escrita".

Dai o fato de que a posição de enunciador apreende no 1º eixo o funcionamento da língua diretamente ancorada num percurso de funcionamentos, vale dizer, de funcionamentos de escrita. Por outro lado, essa mesma posição concebe o segundo eixo como a momentaneidade (o dispersar de denominativos indica isso). O conhecimento desse eixo só é possível para a posição do enunciador através da profusão de termos, de lugares de ocorrências. Já mostramos como essa posição é marcada pela circunstancialização (principalmente pela circunstância de lugar). São lugares que não se fixam na história, porque não constróem percursos, talvez por não dominarem a escrita. Essa pode ser apenas uma das razões. Elas ficam sendo marcadas pela heterogeneidade, ficam sendo explicadas em função dessa heterogeneidade. Ficam contraindo relações circunstanciais no âmbito da enunciação. No primeiro eixo, ao contrário, as relações já são constituídas na história da produção escrita: o que se atualiza são essas produções.

O texto que veremos a seguir reforça essa caracterização. Trata-se da fala do deputado Acylino de Leão, que também se manifestou contrário ao projeto da Câmara, em 1935.

(3)

Para livros didacticos, a innovação é ainda menos sustentavel. Não devemos dar noções falsas á mocidade, fomentando um futil nativismo com o desvirtuamento da verdade. Devemos, ao contrario, dar-lhe do Brasil uma noção exacta, do que somos, do que possuímos, do que valemos, sem os enthusiasmos creoulos dos rios

caudalosos, das minas inexauríveis, das cidades maravilhosas. Muito menos dizer-lhe de uma lingua imaginaria, nem ainda dialecto, simples variação dialectal da augusta lingua de Camões, Vieira, Ruy e Bilac.

(...)

Se condições propicias e extraordinarias provocassem o desenvolvimento literario de um nosso modismo local - gaúcho, caipira, sertanejo, amazonico - e conseguisse dominar pelo seu vulto, e valor, toda a extensão do Paiz, então teriamos a lingua brasileira.

Felizmente, tal phenomeno é hoje pouco provavel. Os genios são raros. A imprensa, o correio, as viagens rapidas, a radiodifusão, ao par da instrucção disseminada, impedem o isolamento gregario, que foi o grande factor da formação das linguas. Houvesse a humanidade descoberto, nos primordios da civilização, o vapor, o automovel, o avião, o jornalismo, o telegrapho, o telephone, o radio, — uma lingua universal uniria entre si todos os povos da terra.

Se o projecto tivesse em mira, com a nova denominação, um simples prurido de nativismo, ingenuo, mas innocuo, não mereceria demorada opposição. Mas o intento occulto é preparar, com o nome novo, uma, cada vez maior, differenciação do idioma patrio, tolerando e estimulando todos os rebentos da giria nacional — das betesgas das favellas á libertinagem dos casinos, de modo a forjar-se, de facto, primeiro um dialecto, depois uma lingua autonoma.

(...)

40

Pois bem. Mesmo a nossa, a lingua de nossos escriptores, em que vasaram sentimento e pensamento, a lingua de nossos maiores, para cuja edificação concorreram com engenho e esforço, mesmo essa lhes querem tirar, porque, com o advento da lingua brasileira, autonoma, com os barbarismos, idiotismos e demais vicios com que a engalanaram, daqui a um seculo, ninguem, no Paiz, os entenderá, pois escreveram em legitima, pura e formosa lingua portuguesa.

45

Podem increpar-me a qualidade de paráense no apêgo á tradição, pelo convivio que sempre ligou o Pará á patria lusa, desde o tempo colonial.

50

O grande Estado do Maranhão, desde as origens, primou pela lusitanidade da linguagem. São Luiz, Athenas das letras, foi, em todas as épocas, centro de boa pronuncia e melhor syntaxe. Aluísio Azevedo nota, no prefacio da 2ª edição, do "Mulato", o grande numero de lusitanismos lá usados, na lingua popular, e estranhos ou desconhecidos no sul do Brasil. Como que ficou sobrepairando, no lindo e escampo céu maranhence, o espirito do Padre Antonio Vieira, repartido e disperso, depois, em Odorico Mendes, João Francisco Lisbôa, Coelho Netto, Humberto de Campos.

55

60

O Pará não podia deixar de receber do irmão mais velho e illustre essa mesma influencia do passado accrescida das relações culturaes e economicas, que mantem e preza com a moderna nação portugueza. É a voz do sangue, das tradições e da cultura brasileira, que prefere a lingua sã dos seus modelos classicos ao calão plebeu dos sambas e batuques.

65

O povo é que faz a lingua, certo, como a natureza é que origina as torrentes; mas ao sabio ou tecnico incumbe detel-as e dirigil-as, para que fecundem as terras sem o cataclysmo das innundações.

(Anais da Câmara do Deputados. vol. XXV. p.230-1)

A constituição dos dois eixos que destacamos do texto (I) se reproduz aqui com algumas características adicionais. De um lado, temos a língua:

de Camões, Vieira, Ruy e Bilac (linhas 10 e 11)

em que [nossos escritores] vazaram sentimento e pensamento (linhas 36 e 37)

para cuja edificação [nossos maiores] concorreram com engenho e esforço (linhas 39 e 40)

Por sua vez, o outro eixo recebe as seguintes características:

lingua imaginaria, nem ainda dialecto, simples variação dialectal (linhas 9-11)

modismo local – gaúcho, caipira, sertanejo, amazonico (linha 15)

rebentos da gíria nacional – das betesgas das favellas á libertinagem dos casinos (linhas 33 e 34)

com os barbarismos, idiotismos e demais vícios (linha 42)

Reproduz-se aqui a questão da natureza da referência. No primeiro eixo, ela passa pela determinação da língua em acontecimento; no segundo, ela é pontualizada e dispersa, trazendo o efeito da falta de unidade.

Como no texto de Aureliano Leite, temos, no segundo eixo, as circunscrições que assumem o papel de ancoragem do sentido. Trata-se das circunscrições do periférico ("variação dialetal" "barbarismos", "idiotismos", "vícios"), do transitório ("modismo") e do local ("gaúcho", "caipira", "sertanejo", "amazônico", "das favelas", "dos cassinos")

Nesse caso, a pontualização, a circunscrição atuam de forma a impedir a constituição de um centro (ainda a comparação com o leque); diferentemente do que ocorre com o primeiro eixo, formulado como exercício da língua: "... em que vazaram sentimento e pensamento"; "... para cuja edificação concorreram com engenho e esforço".

Em outro trecho do seu discurso, o deputado afirma: *O idioma em que todos os brasileiros se comunicam, falando ou escrevendo, é de fato e unicamente a língua portuguesa* (p. 226). Temos aqui um eco do problema da generalização controlada por um centro: comunicar-se falando ou escrevendo constitui-se no "epicentro" da referência, onde novamente a escrita entra como participante (o próprio fato da escrita entrar numa construção alternativa – *falando ou escrevendo* – é um indicativo da sua condição de participante privilegiada). Como vimos no início do capítulo, é a partir desse centro que a generalização, a abertura, se dá: *em que todos os brasileiros* ...

O último parágrafo do trecho traz uma afirmação que pode enriquecer a nossa análise. Procura-se fazer ali uma relação entre o povo e a língua: "O povo é que faz a língua, certo,

como a natureza é que origina as torrentes" (linhas 67-68). Mas essa relação já nasce rarefeita, pela identidade que é conferida ao povo. Ele faz a língua como a chuva provoca torrentes: a ação do povo é da mesma natureza que a ação de um fenômeno meteorológico. Essa idéia é reforçada quando se estabelece a diferença entre esse "fazer" e o "fazer" de um sábio ou técnico: "... ao sábio ou técnico incumbe detê-las e dirigi-las, para que fecundem as terras sem o cataclisma das inundações" (linhas 68-70).

A imagem de língua que se manifesta no texto está apoiada numa ilusão: a de que o povo faz a língua, de um lado, e a de que o técnico determina-lhe um percurso, de outro. Fazer essa comparação é reduzir o caráter histórico da língua a uma caricatura formulada de modo que o discurso do inexorável se revele a si próprio, escondendo a sua própria natureza discursiva.

Recompõem-se aqui os dois eixos que vínhamos descrevendo: aquele das atividades específicas e discerníveis (a de deter, a de dirigir), concebidas em função de um centro, e aquele em que a ação não ganha especificidade, seja pela proliferação e heterogeneidade dos lugares em que ela ocorre, seja pela sua natureza indistinta: a ação como fenômeno.

Vamos analisar agora um outro trecho do discurso do veedor Jansen Müller¹². Há que se ressaltar que, embora não

¹². Do mesmo discurso retiramos o trecho que dá início a esse capítulo.

estivesse convencido da necessidade da mudança do nome do idioma, votou a favor do projeto.

(4)

O Sr. Jansen Muller – Sr. Presidente, estou acompanhando a discussão que se vem travando em torno da denominação da nossa lingua, isto é, de uma lingua a que chamarei de néo-portuguesa, porquanto, verdadeiramente, o vernaculo tem soffrido modificações, e estas modificações se vem verificando de accordo com as regiões do Brasil.

Consequentemente, em torno da lingua o que se verifica é um regionalismo.

Todavia, Sr. Presidente, não negarei meu voto ao projecto, porque sei ser-lhe favoravel a maioria da Casa.

O Sr. Frederico Trotta – O Brasil inteiro agradece a attitude de V. Ex.

O Sr. Jansen Muller – Não recuso o meu voto ao projecto do Sr. Vereador Frederico Trotta, devido ao facto de recear que pareça uma falta de patriotismo negar que no Brasil se falla a lingua brasileira.

Entretanto, immensa seria a minha satisfação se o brasileiro, que se falla em nosso paiz, fosse igual ao brasileiro que todos os brasileiros escrevem.

Gonçalves Dias, um dos maiores introductores de palavras guaranys no nosso vernaculo, escreveu, no "Y Juca-Pirama", no episodio em que o velho indio traz o filho para ser immolado, a seguinte phrase, pronunciada, impiedosamente, pelo cacique, phrase que nada tem de brasileira: "É bem feliz, se existe, quem não veja qual

filho tem que chora. És livre. Parte". Não há, na lingua portuguesa, classismo mais puro.

30 No entanto, dentro desse modelo de linguagem, está um quadro genuinamente brasileiro.

No tempo em que a lingua ia sendo enriquecida por autores de verdadeira autoridade, aprendiam estes o portuguez.

35 O Sr. Ernani Cardoso - Recorde-se V. Ex. de que Gonçalves Dias, nosso grande poeta, era partidario da criação de uma lingua brasileira.

O Sr. Alberico de Moraes - Do mesmo modo que José de Alencar, conforme se verificará pela leitura do prefacio de "Iracema".

40 O Sr. Jansen Muller - Sr. Presidente, dizem os meus dignos collegas, Srs. Vereadores Alberico de Moraes e Ernani Cardoso, que José de Alencar e Gonçalves Dias eram favoraveis á criação de uma lingua nacional. No entanto, não escreviam elles em brasileiro, mas em
45 portuguez o mais castiço, que haviam aprendido em Coimbra, centro intelectual da Patria portugueza.

(...)

50 O Sr. Jansen Muller - Sr. Presidente, acaba de me chamar a attenção para o parecer da Commissão de Assistencia Social o meu nobre collega Sr. Ernani Cardoso e, então, para me fazer estremecer diz S. Ex.: "V. Ex. está commentando o parecer da Commissão de Assistencia e não viu que está elle assinado pelo professor Ruy Almeida?"

55 Sr. Presidente, eu já dei as razões pelas quaes eu votaria a favor. Só para que não digam que não sou brasileiro, Sr. Presidente.

Agora, o que eu queria era, além de ser brasileiro, saber bem português.

60 *Esse era o meu maior desejo.*

Infelizmente, nada sei.

Mas o Sr. Ruy Almeida, autoridade neste particular, não pôde ser seguido, Sr. Presidente, porque se ha motivo de se tornar brasileira a lingua que nos fallamos
65 *pelo facto de ter sido ella enriquecida com centenas de milhares de vocabulos, eu pediria licença a S. Exa. - que está ausente, mas não me estou aproveitando da sua ausencia, - para dizer que, até agora, me parece ter referido a tres nomes, a tres palavras em tupy-guarani,*
70 *que foram: - Y - Juca - Pyrama.*

O mais foi no nosso portuguez velho, naquele que nós aprendemos, aquilo que está no dictionario de Caldas Aulete. (...)

Estudei essa cousa que se chama portuguez pelo
75 *Camões, pelo Frei Manuel Bernardes e Padre Antonio Vieira.*

De sorte que, Sr. Presidente, hoje quando leio samba acho muito interessante, porém não quero ver o samba transformado em lingua nacional, não quero ver aquella
80 *linguagem adoptada no recesso da minha intimidade, porque, então, Sr. Presidente, vai o terra-terra.*

O Sr. Roméro Zander - Essa é a lingua carioca. É regional nossa.

O Sr. Jansen Muller - Diz o nosso colega Sr. Vereador Roméro Zander que é a lingua carioca e eu
85 *direi que é a nossa canção que vem do morro, com lagrimas e com sorrisos, muitas vezes.*

Ella que vem trazer á quietude do nosso lar essa emoção que essa gente sente e que sabe tão bem dizer nessa meia-lingua.

Essa meia lingua, entretanto, tende ao desaparecimento ou, então, estamos na mais deploravel das decadencias, que é a da instrução publica.

(Anais da C. Municipal do D. Federal. Julho/1935. p. 299-300)

Coloca-se em pauta neste trecho a relação entre a língua e a temática da literatura nacional. Vamos observar essa relação tendo como "pano de fundo" os dois eixos enunciativos.

Ao mesmo tempo em que se ressaltam nomes de escritores, cuja temática era voltada aos aspectos particulares da nação, ressaltam-se ao mesmo tempo os parâmetros do modelo de linguagem apropriado para o discurso literário no Brasil:

ser "*enriquecida por autores de verdadeira autoridade*";(linhas 31-32)

ser "*o mais castiço*";(linha 45)

ser "*aprendido em Coimbra, centro intelectual da Pátria portuguesa*";(linhas 45-46)

ser "*aquele que nós aprendemos*";(linhas 71-72)

ser "*aquilo que está no dicionário de Caldas Aulete*";
(linhas 72-73)

ser o que se estuda "*pelo Camões, pelo Frei Manuel Bernardes, pelo Padre Antonio Vieira*" (linhas 74-76)

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se exalta a temática regionalista na literatura, na língua, o que é regionalista é periférico ao modelo:

"em torno da língua, o que se verifica é um regionalismo" (linhas 8 e 9)

Pode-se concluir que, na posição do enunciador, relativa ao eixo enunciativo 1, regional é o tema do discurso; mas o regional é periférico em relação ao modelo de língua que autoriza esse discurso.

O discurso é então produzido pela "língua", mas o que há de identificação nacional nesse discurso não é a língua, mas a temática do discurso. Ao mesmo tempo, aquilo que é marcado como periférico (característico do segundo eixo), que se situaria *em torno da língua*, que pode inclusive ser o referente de língua brasileira, não tem estatuto para representar o "nacional", vale dizer, não tem estatuto para legitimar um discurso, visto que é periférico em relação à "língua", ou modelo de linguagem que a posição de enunciador permite vislumbrar e dispor em relação a um centro (de novo, a idéia do leque em funcionamento).

Podemos reforçar essa análise destacando um outro trecho da mesma peça oratória:

... hoje quando leio samba acho muito interessante, porém não quero ver o samba transformado em lingua nacional ... (linhas 76-79)

E ainda:

O Sr. Roméro Zander - Essa é a lingua carioca. É regional nossa.

O Sr. Jansen Muller - Diz o nosso colega Sr. Vereador Roméro Zander que é a lingua carioca e eu direi que é a nossa canção que vem do morro, com lagrimas e com sorrisos, muitas vezes.

Ella que vem trazer á quietude do nosso lar essa emoção que essa gente sente e que sabe tão bem dizer nessa meia-lingua. (linha 82-90)

Há que se ressaltar o fato de que, se se pode falar numa temática do samba, ela é apresentada aqui rarefeita de valor discursivo. Ela se confunde com a "circunstancialização", característica que vínhamos detectando na configuração do eixo enunciativo nº 2: "*nossa canção que vem do morro, com lagrimas e sorrisos*"; "*emoção que essa gente sente e que sabe tão bem dizer nessa meia-lingua*".

Quero, a título de resumo, fechar a caracterização dos dois eixos enunciativos acrescentando mais um trecho de uma fala de um deputado, desta vez de um deputado constituinte de 1946. Trata-se do deputado Altino Arantes, que, em reforço a sua pregação contra a mudança de denominação do idioma, lê em plenário uma carta do professor Otoniel Mota, que se expressa nestes termos:

(5)

Jamais hei de confundir um português evolucionário em nossa terra, belo, como foi sempre bela a nossa

5 *língua, com o patuá do povo ignaro, com a língua da tia Josefa, a cozinheira. Quero escrever quanto possível no português de Bilac, de Coelho Neto e de Euclides da Cunha.*

(Anais da Assembléia Constituinte. 1946. vol. 18. p. 277)

Temos então, de um lado, a posição enunciativa a partir da qual se funda um centro de referência:

um português evolucionário em nossa terra, belo, como foi sempre bela a nossa língua

o português de Bilac, de Coelho Neto e de Euclides da Cunha

e de outro, a dispersão de referentes, que a posição de enunciadador permite invocar:

o patuá do povo ignaro

a língua da tia Josefa, a cozinheira

Configuram-se assim, respectivamente, os eixos enunciativos 1 e 2.

B. Posturas Favoráveis à Mudança

Vamos analisar agora a defesa do projeto, elaborada pelo vereador Frederico Trotta, na Câmara do Distrito Federal, 1935.

Iniciemos por dois trechos da fala do vereador, em que ele explica a que se refere a língua brasileira:

(6)

Sr. Presidente, o modo pelo qual se approvou o projecto que manda adoptar a denominação de lingua brasileira nas disciplinas em que se ensina, nos estabelecimentos da Municipalidade, o idioma fallado e escripto pelos verdadeiros brasileiros, teve grande finalidade, teve a grande virtude de mostrar aos demais poderes do Municipio que os representantes do povo carioca, que os representantes do Districto Federal, em sua unanimidade concordaram que a reivindicação era justa e opportuna e estou certo, Sr. Presidente, de que a Camara Federal, em cujo seio existem representantes do povo brasileiro e não do povo portuguez, dentro de breves dias ratificará integralmente o projecto da Camara Municipal, estendendo as suas normas por todo o Brasil.

(Anais da Câm. Municipal do D. Federal. Julho de 1935. p. 413)

De início, quero destacar neste trecho a presença do tipo de construção nominal que apresentamos no início do presente capítulo (recorte 1). Comparemos:

Recorte (1): *immensa seria a minha satisfação se o brasileiro, que se falla em nosso paiz, fosse igual ao brasileiro que todos os brasileiros escrevem* (linhas 5-7)

Recorte (6): *(denominação de lingua brasileira ...) o idioma fallado e escripto pelos verdadeiros brasileiros* (linhas 4 e 5)

Vimos, a partir do recorte 1, que a categorização da língua se dá, no primeiro caso, tendo em vista a "circunstancialização" (de lugar); e, no segundo, ocorre algo como uma categorização interna: "brasileiro que todos os brasileiros escrevem". Isto é, nesse último caso, a categorização da língua é concebida a partir da própria cidadania, ao passo que, no primeiro caso, ela é formulada a partir de um contorno geográfico. Vimos então que esse quadro foi o "ponto de entrada" na caracterização dos dois eixos enunciativos.

Há que se perguntar agora pela natureza do processo de categorização da língua que está presente no recorte 6. E ainda: como se configura a posição de enunciador a partir da qual se constitui a referência? Além disso, há que se perguntar como se localiza essa posição, tendo em vista os dois eixos enunciativos descritos na primeira parte deste capítulo.

Há que se observar o fato de que aqui não se opera o corte que caracterizou em (1) os dois tipos diferentes de construção nominal. Em lugar disso, temos um tipo de construção nominal do tipo restritiva, cujos termos determinadores englobam tanto a modalidade da fala como a da escrita e ao mesmo tempo apresenta o agente, na passiva, marcadamente caracterizado, internamente, pela cidadania. Mas se em (1) temos a cidadania "predicada" pela modalidade (*que todos os brasileiros escrevem*), aqui ela não aparece dessa forma. Temos, ao invés disso, uma determinação vinda do adjetivo "verdadeiros" (*falado e escrito pelos verdadeiros brasileiros*). O parâmetro de relação entre a cidadania e a língua é permeado por um corte que não provém da modalidade da língua, mas de um outro fator, que esperamos poder caracterizar adequadamente daqui em diante. Antes disso, é preciso não perdermos de vista que a modalidade também participa da categorização da língua, agora não na forma da **disjunção**; ela entra a partir da **conjunção**: o falado e o escrito participam conjuntamente na configuração do referente. Ora, se esses elementos aparecem na construção, mesmo que numa forma conjuntiva, já que a sua separação não seria determinante na configuração do referente, é porque o papel deles está relacionado à enunciação. A minha hipótese é a de que eles desempenhariam um papel relativo à posição de enunciação dos que combatem a mudança da denominação. Isto é, aqui estaria o outro formulado a partir de uma outra posição, participando de outras relações. Daí a afirmação de Eni Orlandi (1994) de que

é constitutiva de uma formação discursiva a sua relação com outras diferentes, mormente com aquelas que se lhe opõem. Assim, as posições de enunciação no nosso conjunto de fatos não são indiferentes umas em relação às outras.

Para podermos avaliar a injunção do adjetivo "verdadeiros" em (6), vamos a um outro texto do mesmo vereador:

(7)

O dia em que passarmos a denominar de brasileiro o idioma em que exprimimos as nossas idéas, os nossos desejos, as nossas dôres, as nossas vontades, as nossas imposições de character nacional, teremos resurgido, derrubando a pedra sepulchral que fecha hermeticamente o pensamento traduzido em lingua portugueza.

(Anais da C. Municipal do D. Federal. Agosto de 1935. p.30-1)

Na construção *o idioma em que exprimimos as nossas idéas, os nossos desejos, as nossas dores, as nossas vontades, as nossas imposições de caráter nacional* temos um caso em que a relação de referência aparece como efeito de pré-construído. Assim, a construção "o idioma em que ..." funciona como um designador e traz as condições para o "desdobramento" que mostramos em (2). Naquele momento, mostrávamos que o desdobramento se dava na forma de um mesmo percurso de funcionamentos ("em que exprimimos/oramos/escrevemos"; "com

que convivem/edificou") e isso produzia um efeito de homogeneidade: a amplitude dos processos (expressar, orar, escrever, conviver, edificar) funcionava como cristalização de um centro de referência. No presente caso, o efeito de homogeneidade aparece também em função de um desdobramento. Mas não da **amplitude dos processos**. Ele viria da **extensão do objeto**: *expressamos as nossas idéias, os nossos desejos, as nossas dores, as nossas vontades, as nossas imposições de carácter nacional* (linhas 2-4). Para avaliarmos o parâmetro da amplitude do pronome "nossos(as)", voltemos ao recorte 6, especificamente na determinação do adjetivo "verdadeiros" em *idioma fallado e escripto pelos verdadeiros brasileiros*. Esse cruzamento reforça a posição de que, ao colocar a cidadania como elemento constitutivo na referência da língua nacional, institui-se um parâmetro, a partir do qual se formula uma abrangência. Se em (1) esse parâmetro foi o da modalidade, que levaria à constituição dos dois eixos enunciativos, aqui, em (6) e (7), desenha-se um parâmetro que não leva à constituição de eixos enunciativos distintos.

Vejamos um outro trecho da fala do mesmo vereador, no sentido de aprimorar essa idéia:

(8)

Sr. Presidente, quase tres seculos após o descobrimento do Brasil, a lingua portugueza creou alma nova.

5 *Como tronco que, talvez, não vingasse, ella se
distendeu em ramos frondosos, acobertada por essa
natureza exuberante, que é a brasileira, parecendo
pedir, desde então, vida propria, genuinamente nacional,
e naturalização.*

10 *Pretendemos naturalização, digo, porque ella é
necessaria, em virtude de que, no Brasil, a lingua
adquiriu feição mais bella, mais musical, mais racional
mesmo, porque afastada das regras litterarias dos
classicos.*

15 *As tentativas que se fizeram, desde Alencar, que, em
"Iracema", lançou, na litteratura, uma somma enorme de
vocabulos que já existiam na lingua já popular, e desde
Franklin Tavora, que, no "O Cabeleira" e no "O
Matuto", puderam cortar o cordão umbelical que prendia
a litteratura brasileira à luzitana, formando vida á parte
20 das tendencias européas.*

*Bem sei, aliás, que alguns dos nossos mestres se
pautaram pela litteratura franceza, cujos moldes
procuraram seguir, cujas regras tentaram assimilar.*

25 *Entretanto a natureza e o homem afastavam,
completamente, a nossa mentalidade litteraria, bella e
exuberante, da européa.*

(Anais da Câmara Municipal. Julho de 1935. p.228-9)

O que se configura como parâmetro a partir do qual a cidadania entra como referência na denominação de língua brasileira é uma "**naturalização**". O caráter da língua brasileira aqui ganha sentido no processo de naturalização, a que se refere o vereador. Ancorar a sua argumentação na figura da natureza é algo inseparável do lugar que aí se constitui como

posição de enunciação. É uma natureza que aparece no mesmo quadro discursivo em que se configura o brasileiro. Daí ser possível colocar natureza e homem discriminados e dispostos no mesmo domínio ("a natureza e o homem afastavam..."). No trecho (9), vemos como esse processo toma forma:

(9)

Entretanto, não será de mais que ao Brasil caiba o direito de denominar de lingua brasileira essa lingua tão cheia de suavidade, que fallam as brasileiras, essa lingua tambem cheia de heroismo que fallam os brasileiros.

(Anais da Câmara Municipal. Julho de 1935. p.272)

As expressões "cheia de suavidade" e "cheia de heroísmo" demonstram como se configura a língua "naturalizando" a fala. A referência de língua brasileira é constituída tendo em vista as peculiaridades do brasileiro.

Tendo isso em vista, a nossa hipótese é a de que a categorização da língua é formulada a partir de um lugar em que a categoria da brasilidade é concebida nos termos de uma concepção de social agregada ao naturalismo do século XIX.

Como vimos, na perspectiva do eixo enunciativo I, a mudança do nome representaria uma mudança no eixo social, ou seja, uma mudança de nome e de referente. Por sua vez, neste caso, a troca do nome representaria uma adequação exigida pelo objeto: *ella se distendeu em ramos frondosos, acobertada por essa natureza exuberante, que é a brasileira, parecendo pedir, desde então, vida propria, genuinamente nacional, e*

naturalização (recorte 8: linhas 3-5). Vejamos um outro recorte:

(10)

Quando transplantada para o Brasil, aqui se desenvolveu (a lingua portugueza) floriu, amalgamou-se, coloriu-se. De aldeã se tornou palaciana. Não ha, portanto, motivo para chamal-a lingua portugueza, pois em todas as leis naturaes, biologicas e até sociaes, a maior quantidade absorve a menor.

Diz-se o valle do Amazonas, do S. Francisco e não o do rio Verde, das Velhas, do Xingú, do Trombetas e assim por diante. Quando a flor se transforma em fructo recebe o nome deste. Ahi está o que disse o notavel escriptor e estudioso patricio.

Pegando a deixa: o portuguez foi a barbara flor do Lacio inculta e bella que se transformou nesse cultivado fructo polychromico e saboroso, de feição tão linda que é o idioma brasileiro.

(Anais da Câmara Mun. do D. Federal. Agosto de 1935. p.32)

C. A Língua e o Social

Tendo em vista a reflexão que empreendemos em torno de textos que recusam e textos que defendem os projetos, vamos voltar à nossa hipótese. Dissemos que o atributo *brasileiro* circunscreve a língua a partir de uma posição de enunciação que põe a nu as dependências internas do corpo social.

Nos textos do parlamentar que defende a denominação da língua brasileira, e que aliás é o próprio autor de um dos projetos, a posição de enunciação é constituída a partir da identificação do brasileiro com os elementos da natureza do País (a língua no Brasil "pede vida própria e naturalização"), bem como com um caráter "natural" e romântico da língua ("língua tão cheia de suavidade que falam as brasileiras"). *Língua brasileira* teria como referente a "fala naturalizada". Ora, essa ancoragem na naturalização é uma posição que, longe de enfrentar a questão da referência da língua, em relação à diferença social agregada à modalidade, coloca-se alheia a ela. A brasilidade é concebida em relação a uma imagem romântica do País e não em relação ao corpo de falantes que se constituem numa nação de alguma forma. Ao focar a "naturalização" da fala do brasileiro desvia-se da "nacionalização" dessa fala. O homem do Brasil permanece configurado como "homem da terra" e não como cidadão de uma nação.

Assim, discutir a categoria da fala do brasileiro significava, naquele momento, colocar em pauta a própria cidadania. No **cap. 5** discutiremos esse aspecto com mais detalhes.

Um programa de semântica

Um programa de semântica que atenda as tarefas a que nos propusemos realizar neste estudo deverá ser capaz de caracterizar a relação entre a língua e a idiomaticidade, por um lado, e a constituição da referencialidade, por outro.

É a partir dessa caracterização que vamos conceber o funcionamento das posições de enunciação que se configuram nos textos.

Nesse programa de semântica, não se pode pensar a anterioridade do sentido, seja na estrutura seja no acontecimento (Pêcheux, 1983). O sentido se dá na relação entre estrutura e acontecimento. É nesse lugar que se deve pensar a relação entre o **dito** e o **dizer**.

A. Construções Nominais, Referência e Textualidade

A distinção entre os dois tipos de funcionamento das construções nominais atua como "estações de cruzamento", como parâmetro para outras distinções que percorrem a textualidade.

Diferentes graus de adesão sintática proporcionam diferentes "investidas" temáticas no texto. É em referência a essa "adesão sintática" que podemos conceber a relação entre a língua e a textualidade.

Apresentamos no *capítulo III (A Língua Brasileira)* o funcionamento de algumas construções nominais tendo em vista o quadro teórico do *capítulo II (Dois Tipos de Construção Nominal)*. Vamos retomar a reflexão sobre a ocorrência de algumas construções nominais relevantes na nossa análise, para podermos mostrar a importância de um tratamento da textualidade (e da intertextualidade) em um programa de semântica.

EIXO ENUNCIATIVO 1

"o brasileiro que todos os brasileiros escrevem" (cap. 3, p. 78)

"o idioma em que todos os brasileiros se comunicam, falando ou escrevendo" (cap. 3, p. 91)

"o português de Bilac, de Coelho Neto e de Euclides da Cunha" (cap. 3, p. 99)

“a língua em que se expressaram Matias Aires, João Francisco Lisboa, Santa Rita Durão, Gonçalves Dias, Araújo Porto Alegre, Castro Alves, Silveira Martins, Tobias Barreto, Raul Pompéia, Bernardo Guimarães, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, João Ribeiro, Raimundo Correia, Bilac, Coelho Neto, Silvio de Almeida, Silva Ramos, Amadeu Amaral” (cap. 3, p. 82-84)

“a língua em que nós, Deputados do Parlamento, nos exprimimos, mesmo na intimidade” (cap. 3, p. 82-84)

EIXO ENUNCIATIVO 2

“o patuá do povo ignaro” (cap. 3, p. 98-99)

“a língua da tia Josefa, a cozinheira” (cap. 3, p. 98-99)

“o idioma corrompido” (cap. 3, p. 82-84)

“a meia-língua do povilêu” (cap. 3, p. 82-84)

“a fala vil” (cap. 3, p. 82-84)

Aproximamos aqui grupos nominais de textos diferentes, para podermos analisá-los também no aspecto da intertextualidade. Vamos inicialmente refletir sobre a natureza da coesão contraída entre os especificadores do nome nos dois eixos enunciativos, relacionando-a com a constituição da imagem enunciativa do personagem que estamos denominando de **sujeito do idioma**.

A imagem enunciativa do sujeito no eixo nº 1 está fundada na permutação dos especificadores (*“que todos os brasileiros escrevem”*; *“de Bilac, de Coelho Neto, ...”*; *“em que expressaram Matias Aires, ...”*; etc). E essa permutação, como

apontamos no **cap. 3**, tem o efeito de um leque em funcionamento. O percurso de escrita é aquilo que permite a comparação com o efeito de centramento próprio do mecanismo do leque. Essa é uma das formas de se produzir a coesão, tanto entre os grupos nominais do mesmo texto, quanto entre os grupos nominais relacionados intertextualmente. Dessa forma, esse sujeito tem seu estatuto fundado num percurso de escrita, vale dizer, numa forma de funcionamento que fornece uma visibilidade social à língua, e por essa via ao “sujeito do idioma”, e conseqüentemente ao cidadão brasileiro.

A comutação entre os especificadores também nos oferece a oportunidade de contemplarmos o momento em que o enunciador relativo à posição de enunciação configurada no eixo cruza com a posição de autor do texto: “*em que nós, Deputados do Parlamento, nos exprimimos*”. Configura-se aqui o caráter polifônico da enunciação, a partir da formulação de O. Ducrot, apresentada no **cap. 1**. Esse cruzamento de posições enunciativas é importante para podermos compreender a natureza da coesão no outro eixo. Vamos então ao outro eixo.

A imagem enunciativa daquilo que estamos denominando de “sujeito do idioma” no eixo nº 2 também está fundada na permutação dos especificadores. No entanto, essa permutação se opera de forma a fazer com que os substantivos ocupem o mesmo lugar dos adjetivos no eixo. Assim, temos “povo ignorante” comutando com “tia Josefa”, que por sua vez comuta com “corrompido”, com “vil” e com “povilêu”. Cada um desses especificadores poderia ser tomado uns pelos outros. Esse é

apenas um dos aspectos da coesão entre os grupos nominais nesse eixo enunciativo. Há um outro aspecto, que diferencia esse eixo enunciativo do anterior. A coesão aqui não funciona de forma a se ter o efeito do centramento caracterizado no 1º eixo. Essa é uma outra face daquilo que estamos tratando como coesão. Ela se caracteriza pelo fato de se constituir um contraste entre a dispersão nesse eixo e a unidade e o centramento no 1º eixo. A falta desse tipo de “unidade” entre os especificadores neste eixo deixa transparecer o efeito da “pontualização”, da “circunstancialização”, da heterogeneidade, enfim, apontado no **cap. 3**.

Isso mostra que a textualidade tem o seu caráter na necessidade do sujeito, enquanto autor, de constituir uma unidade de texto, até para que a heterogeneidade tenha o seu lugar. A heterogeneidade, na forma de “pontualização”, de “circunstancialização”, aparece na formulação do lugar do outro, uma vez que esse eixo é constituído em função do primeiro.

Temos assim, na coesão do(s) grupo(s) nominais, um dos fatores de sua textualidade (eixo enunciativo nº 1). Nesse caso, a recorrência de propriedade do nome proporciona uma unidade de sentido a esse nome (que, em última instância, é a **língua portuguesa**). O sentido de **língua portuguesa**, portanto, não é algo inerente ao nome, mas é algo trabalhado nos vários textos. Só podemos dizer que o sentido é trabalhado nos vários textos porque ele é histórico. É o ser histórico que proporciona a intertextualidade. O fato de ser histórico significa

nesse caso ser do domínio maior do que o domínio dos textos. Há uma memória que é anterior aos textos, e é devido a ela que temos a intertextualidade, é ela que traz as condições para que vários textos contraiam relações e passem a fazer parte do mesmo domínio, da mesma formação discursiva, vale dizer. Quando dissemos, no capítulo anterior, que na formulação desses grupos nominais estava em causa a anterioridade de uma relação de referência, estávamos afirmando que a relação de referência é algo que se constitui como uma memória discursiva, conforme a definição que apresentamos no **cap. 1**.

Por outro lado, a configuração da coesão no segundo eixo funciona de forma a deixar ver uma dispersão de denominativos, desqualificados pelo funcionamento heterogêneo da língua, disforme em relação ao seu sujeito, incapaz de produzir unidade. É nesse âmbito que seria colocada a *língua brasileira*. Exatamente no âmbito em que o sujeito não se constitui enquanto cidadão, visto que “nessa língua” não se produz um discurso visível às malhas sociais construídas pela elite brasileira na época.

Esperamos ter mostrado a especificidade da nossa posição sobre as construções nominais em relação aos estudos que apresentamos no **capítulo 2**. Ao invés de ancorarmos as configurações contraídas pelas construções nominais em categorias da lógica, ou categorias puramente formais, preferimos operar com essas configurações a partir de “demandas históricas” que se apresentam no acontecimento enunciativo. É em função disso que apreciamos a relação entre o nome e os seus especifi-

adores/modificadores, nos seus aspectos de adesão sintática, coesão no texto e estatuto referencial.

B. A Semântica

A análise das construções nominais tem fornecido argumentos para aqueles que estudam o sentido tanto a partir de modelos puramente semânticos quanto a partir de modelos configurados numa ordem pragmática.

Para aqueles que trabalham com modelos puramente semânticos, as relações contraídas no interior do grupo nominal podem se constituir em propriedades semânticas definidas. Dessa forma, em "*A língua em que oramos e escrevemos*" (cap. 3, p. 82), o julgamento de atribuição que relaciona "*em que oramos e escrevemos*" a "*língua*" deve ser formulado a partir de um julgamento de existência. Esse julgamento de existência forneceria ao núcleo "*língua*" um valor de suporte, em torno do qual se organiza o argumento fornecido pelo especificador (Danon-Boileau, 1989).

Para os que trabalham com modelos teóricos fundamentados na pragmática, as relações de sentido contraídas pelo grupo nominal se devem ao seu uso. Dessa forma, sendo "*a língua em que oramos e escrevemos*" utilizada como uma expressão destinada a identificar um ser específico da realidade, a referência a esse ser específico se constitui tendo em vista a intenção do locutor. Recairia no locutor a responsabilidade pela referência. Dessa maneira, as relações de sentido contraídas no grupo nominal são devidas a um uso específico desse enunciado, num contexto específico, por um locutor específico.

Assim, se no primeiro caso a referência se constitui a partir de um julgamento de existência, no âmbito das relações internas ao grupo nominal; no segundo, a referência se constitui a partir de um uso específico do grupo nominal, tendo em vista as particularidades relativas ao momento em que o enunciado é proferido.

Disso resultam duas maneiras de conceber a forma linguística: a partir de propriedades semântico-formais e a partir do uso pelo locutor.

Esse quadro pode ser considerado uma projeção dos dois espaços teóricos que tradicionalmente fundamentam os debates em torno do sentido nos estudos da linguagem.

Apresentaremos, de uma maneira sucinta, os principais traços desses dois espaços teóricos, no sentido de mostrar em que eles se diferem do espaço teórico que fundamentou a nossa análise, espaço esse que concebe a forma linguística no espaço histórico em que se dá o acontecimento enunciativo.

Dentre os semanticistas que se empenharam em fornecer uma visibilidade ao modelo semântico clássico, destaca-se J. J. Katz. Para ele, a tarefa de uma semântica consiste em formular as leis que regulam as relações de sentido na língua. Cabe ao semanticista, no seu entender, sistematizar os fenômenos que atuam na relação entre os elementos na língua: sinonímia, acarretamento, contradição, etc. Assim, o sentido, em Katz (1972), se confunde com o “sentido” que abstraímos da sistematização desses fenômenos.

Uma das teses contrárias a essa, e que também se destaca pela visibilidade do modelo, é a de H. Parret. Para ele, as propriedades semânticas não derivam das relações formais entre unidades linguísticas. Teríamos que buscar essas propriedades no evento que propiciou o aparecimento dessas relações. Mais especificamente, o sentido estaria no limiar da produção e da recepção de um evento enunciativo.

Na teoria pragmática do sentido desenvolvida por Parret (1987, 1991), é um direito, outorgado pelo interpretante, de designar a realidade, o próprio sujeito e o valor que ele tem em mente ao dizer *eu*, que fornece a vitalidade da linguagem: é a própria condição da existência da linguagem, do sentido. O sentido, aqui, percorre a distância que vai da outorga de um direito ao cumprimento desse direito, que se dá quando o *eu* e suas extensões, enquanto símbolo, ou forma, se personificam; aí ele se coloca na posição de renovação: é quando a forma recebe um conteúdo. Quando se completa esse percurso já se projeta um outro. Uma nova relação "jurídica" desenvolve um outro sentido. Dessa forma, as intervenções práticas, de ordem interpretativa, na estrutura estabelecida da realidade, consistem em advogar, na ocorrência de uma interação, a prerrogativa de imprimir uma renovação em um mundo que, constantemente e em cada momento, se submete ao *novo*. Em cada

evento de fala, isto é, a cada vez que um *eu* se personifica pela outorga de um *tu*, opera-se uma prática¹³.

Um dos equívocos do modelo de abordagem do sentido proposto por Parret está na idéia de que a cada evento de fala as estruturas se submetem à renovação. A renovação não se dá em cada momento de um ato de fala; ela não se mede por esse ato, enquanto evento singular. Ela é uma ocorrência possível da interpretação; e mais, a argumentação não leva necessariamente ao sucesso (renovação das estruturas da realidade), o seu alcance não tem como medida a sua direção (e sua positividade): o equívoco, a falha, habitam constitutivamente o sentido.

Assim, se na tese de Katz os riscos são de apagamento de toda a dinâmica da linguagem, uma vez que **o sentido é aquilo que deriva das leis universais que regulam as relações entre unidades linguísticas**, em Parret, o risco provém do fato de que toda a ordem linguística é absorvida pela sua dinâmica. O papel da ordem linguística se torna rarefeito na singularidade da sua realização. **O sentido é algo que se mede pela singularidade do evento comunicativo**, na tese de Parret.

A abordagem que temos desenvolvido até neste estudo se configura como uma outra via no tratamento do sentido. No nosso entender, o sentido se constitui nos recortes a partir dos

13. As categorias dêiticas e ostensivas são praxes na teoria de Parret.

quais se configuram as relações de referência no acontecimento enunciativo.

O sentido é tratado em referência aos domínios de memória, configurados discursivamente. É da relação entre discursos que se configuram os recortes de sentidos que vão se desenhando nas relações que as formas linguísticas contraem entre si, fornecendo os contornos da textualidade.

Daí o fato de utilizarmos o termo **funcionamento** ao abordarmos a questão das construções nominais. Um determinado funcionamento das construções nominais possibilita tanto a tessitura do texto como a configuração das posições do enunciador. São as construções nominais lugares de observação privilegiados, pelo fato de funcionarem como estações de cruzamento de sentidos no texto.

Na nossa concepção, um programa de semântica, constituído na base desses fundamentos, e desenvolvido a partir dos fatos analisados no **cap. 3**, pode nos fornecer elementos para falarmos sobre a cultura brasileira. Passemos então ao nosso último capítulo, onde desenvolveremos algumas reflexões sobre língua, nação e cidadania, derivadas da nossa análise.

Língua e nacionalidade

Levantaremos agora algumas reflexões decorrentes da análise que empreendemos no capítulo anterior. Especificamente, vamos mostrar que as configurações dos eixos enunciativos, bem como a ancoragem na naturalização nos levam à configuração de duas formas de conceber a cidadania e a nação, nas décadas de 30 e 40, formas essas que balizaram ações políticas decisivas no nosso país.

A. Percepção de Língua e Nação

Uma língua é mais do que podemos inferir de um conjunto de enunciados efetivamente realizados: qualquer que seja a dimensão desse conjunto, ele será sempre limitado, enquanto conjunto, pelas condições específicas de produção de alguns dos seus enunciados. Por outro lado, uma língua é menos do que podem prever as regras de um dado modelo gramatical: haverá enunciados cujas condições específicas de formação, pelo menos parcialmente, desautorizam as regras. Assim, há uma discrepância na relação entre uma língua e seus enunciados: o espaço da língua e o espaço dos seus enunciados não são contemporâneos. Se, enquanto falantes, sentimo-nos contemporâneos em relação a esses espaços, é porque somos afetados pelo efeito da "idiomaticidade".

A idiomaticidade é relativa a um sujeito empírico, um sujeito que se situa a si e ao outro em relação a um tempo e a um espaço. É em relação a este sujeito que a língua é percebida como idioma. Será que, quando nos interrogamos sobre a gramaticalidade/agramaticalidade de um enunciado, não estaríamos na verdade em face de um julgamento de idiomaticidade, tomado como referência para a compreensão da língua?

Tomar a relação entre o linguístico e o idiomático como automática ou natural é uma das faces do que Orlandi (1990) denomina de ideológico, na forma de uma injunção do empírico. O idiomático é então a injunção da unidade, do espa-

ço/tempo comuns, do domínio em que o **efeito identidade** se dá plenamente: o efeito da identidade das formas, em função do qual Saussure afirmou: "a língua existe na coletividade sob a forma de impressões depositadas em cada mente, como um dicionário do qual todos os exemplares, idênticos, são repartidos entre os indivíduos" (CLG, p. 38).

Para mim, isso a que se refere Saussure é a contemporaneidade própria da concepção de **idioma**. O idioma é a leitura sumária da forma; uma leitura que torna rarefeita a historicidade dos fatos linguísticos.

Assim, muitos deputados aceitam a 'denominação' de *língua nacional*, para a língua portuguesa do Brasil; no entanto, recusam a denominação de *língua brasileira*. A nossa hipótese é a de que a denominação de *língua brasileira*, para aqueles que não aceitam essa denominação, é percebida como fora do espaço social, em que atuam política e institucionalmente. A configuração dos dois eixos enunciativos pode indicar que, na identificação de percursos comuns na modalidade escrita, residiria o traço de percepção comum do idioma. Em relação ao segundo eixo se situariam aqueles que não se alinham nesse percurso: daí a dispersão de denominativos, a pontualização circunstancial, a heterogeneidade, a assincronia, caracterizadoras nesse eixo.

Cabe aqui fazer uma relação entre esse traço de percepção comum do idioma e o que Guilhaumou & Maldidier (1984 e 1989) afirmaram em relação à percepção da língua na Revolução Francesa. No século XVIII, os revolucionários pensam a

"verdade da língua" através de um esquema de adequação entre as palavras e as coisas.

De 1789 a 1795, une série d'énoncés comportant la séquence du pain et x balise des moments forts du processus révolutionnaire. Cette structure de coordination semble attester l'émergence de nouvelles significations dans le champ des discours révolutionnaires. C'est à travers la coordination que le cri traditionnel du peuple "Du pain" s'inscrit dans l'espace politique: "Du pain et à Versailles!" s'écrient les femmes le 5 octobre 1789; "Du pain et la liberté" précisent les jacobins face à la montée révolutionnaire en 1793; "Du pain et du fer" revendiquent les partisans du Maximum (1793-1794); "Du pain et la constitution de 1793" clamant les sans-culottes parisiens devant les députés thermidoriens en 1795.

(Guillaumou & Maldidier, 1984. p. 98)

A análise de Guillaumou & Maldidier repousa sobre o funcionamento sintático da coordenação de dois grupos nominais dos quais um é *du pain*. A estrutura "*pão E X*" serviu como um padrão a partir do qual a manifestação linguística do movimento popular se colocou numa mesma sincronia. Obtinha-se assim um "efeito de totalização", o que permitia aos revolucionários concretizar sua preocupação de adequação entre as palavras e as coisas (idem. 1989. p. 67).

No caso brasileiro, antes da adequação entre as palavras e as coisas, a preocupação em relação à mudança da denomi-

(?)
nação do idioma residia na identidade de uma referência que a nova denominação parecia apontar: uma referência que era percebida, da posição de enunciação que funda o eixo nº 1, a partir de uma modalidade de língua. Em suma, o que estava em causa era a adequação entre a língua e um modo de ser da língua (um modo de ser que proporcionava a visibilidade do caráter de brasileiro). O "referir", então, era algo determinado pela percepção de língua; era dessa forma algo legitimado por um percurso de escrita, a partir do qual se deveria operar a referência às "coisas do Brasil". A defesa desse quadro fundamenta o que nós denominamos de eixo enunciativo 1. Em relação a esse quadro, a mudança da denominação do idioma era percebido como algo que viria desestabilizar o próprio "caráter referencial" da língua. Na verdade, essa mudança é percebida como a desestabilização de um percurso de escrita em relação ao qual um grupo social encontra sua própria referência.

Por outro lado, para os que defendem a mudança da denominação, a língua é percebida no mesmo espaço em se que configura uma imagem peculiar, romântica, daquilo que seria a "natureza" brasileira.

Segundo Hobsbawn (1991), no processo de consolidação de uma nacionalidade, é comum que se eleja um traço de coesão protonacional que torne visível a nação. E a língua, tanto como a etnicidade e a religião, têm servido a essa tarefa.

Para Hobsbawn, sempre foi evidente para todo mundo que a língua e o povo (qualquer que seja o modo como foram definidos) não coincidem:

A identificação mística de uma nacionalidade com uma espécie de idéia platônica da língua, existindo atrás e acima de todas as suas variantes e versões imperfeitas, é muito mais uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas, dos quais Herder é o profeta, do que uma característica dos reais praticantes comuns do idioma. É um conceito erudito e não vivido. (p. 76)

Contudo, isso não significa que o papel da língua na formação da nacionalidade é irrelevante. Segundo Hobsbawn, a sua importância está ligada à percepção popular da nacionalidade, pois onde existe uma língua de elite, administrativa ou culta, ela pode tornar-se um elemento importante de coesão protonacional. Apoiado no estudo de B. Anderson sobre as origens do nacionalismo, ele enumera três razões para esse fato.

A primeira é o fato da língua de elite criar uma comunidade dessa elite comunicante a qual pode ser uma espécie de modelo ou projeto piloto para a ainda não existente comunidade maior, intercomunicante, da "nação". Essa comunidade de elite pode se formar por força de um padrão estatal, como na formação da nação francesa, ou através de um padrão estabelecido no meio cultural, como no caso da Alemanha do sécu-

lo XVIII, que teve nos atores um papel importante na fixação de uma língua nacional, visto que eles interpretavam as obras que seriam os clássicos vernáculos e passavam a utilizar essa língua no uso diário. A segunda razão vem do fato de que uma língua cultivada por um grupo de elite adquire uma fixidez que a faz parecer permanente e eterna, especialmente quando é impressa. Há que se destacar também o papel dos grandes depuradores e padronizadores na história das línguas culturais, depois do surgimento do livro impresso. A terceira razão é que a língua da elite frequentemente transformou-se na língua real dos estados modernos, por força da educação pública e de mecanismos administrativos (idem: 76-7).

No nosso caso, vimos como as formas enunciativas denunciam os espaços em relação aos quais um discurso sobre a língua aproxima um imaginário do idioma de um imaginário social e, por essa via, de um imaginário da nação.

Os excluídos nesse discurso (aqueles do segundo eixo) podem até pertencer à "coletividade", mas o discurso predominante o apaga como membro histórico da nação (nesse caso, ele fica tão somente como membro de uma coletividade).

A situação do índio é interessante, porque se aponta para uma contradição: ele é membro da nação, mas não participa constitutivamente dela. Ele é um membro "particular" da nação. O seu lugar na história da nação é um lugar "pontuado", marcado pelas particularidades: é o que come o bispo (o Sardinha, é lógico), por exemplo. Na linguagem, ele participa emprestando nomes a cidades, instrumentos, comida, etc, isto

é, ele se substancializa numa "voz" que se manifesta no léxico. Orlandi (1990. p. 56) formula essa idéia de forma precisa:

O índio é totalmente excluído. No que se refere à identidade cultural, o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado.

Esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência que ela representa, é um dos mais eficazes.

"Os portugueses descobriram o Brasil". Daí se infere que nossos antepassados são os portugueses e o Brasil era apenas uma extensão de terra. "Havia" selvagens arredios que faziam parte da terra e que, "descobertos", foram o objeto da catequese. São, desde o começo, o alvo de um apagamento, não constituem nada em si. Esse é o seu estatuto histórico "transparente": não constam. Há uma ruptura histórica pela qual se passa do índio para o brasileiro através de um "salto".

Enfim, o índio participa do alinhavar dos fatos, como personagem das tramas (mais uma vez vale lembrar o emblemático episódio do bispo Sardinha); mas, da forma como tomamos a história, que não é uma mera sucessão de fatos, ele tem um estatuto "transparente", como bem colocou Eni Orlandi. Há que se pensar então a história do Brasil também em função da constituição dos discursos que fundamentam a nação.

Essa é uma forma de negar a uma parte dos brasileiros um lugar na história da nação. O índio entra na constituição da nação, mas não na sua história! Daí o fato, anotado por Eni Orlandi, de que o índio é sempre concebido a partir de uma visão antropológica.

É sintomático disso a posição do deputado constituinte Flávio Guimarães:

Declaro votar contra a emenda ... que objetiva a denominação de língua brasileira à opulenta língua portuguesa, por achar que é manifestação inconsciente da cultura indígena.

(Anais da Assembléia Constituinte. 1946. v. 25. p. 376)

No mesmo espaço em que se configura o idioma, pode configurar-se também a concepção de raça em relação ao ideário da nação. Vejamos um trecho da fala do deputado Aureliano Leite:

Daqui a quinhentos anos, quando brancos, amarelos, negros, mulatos, caboclos, mamelucos, caborés e cafuzos, que somos hoje, passarmos a ser simplesmente brancos, ou chamados brancos, aí sim, esse falar multiforme praticado em todas as direções do nosso País talvez se tenha fundido numa só língua, a linguagem brasileira, se não se deixar absorver de vez pela língua portuguesa, em torno da qual todas essas diferentes

vozes gravitam, o que talvez constitua a hipótese mais provável

(Anais da Câmara dos Deputados. 1935. p. 99-100)

Há que se assinalar o fato de que a denominação "língua nacional", defendida principalmente nos debates em torno da constituinte de 1945, preenchia a necessidade de se ancorar o processo de solidificação da nação na idéia de uma língua comum. Através dessa denominação ter-se-ia o efeito de aglutinação de indivíduos de um mesmo território sem que se colocasse em causa o processo de participação desses indivíduos na nação. Tanto nesse caso, como no da defesa da denominação 'língua brasileira', que se dava a partir de uma imagem naturalizada do País, são marcados pela incapacidade de dar uma resposta ao grupo contrário à denominação, vale dizer, aos que subtraíam da nacionalidade uma parte dos brasileiros, em função da modalidade de língua.

Isso permitia que se praticasse um nacionalismo situando-se por entre as fendas sociais.

Necessário se faz situarmos esse nacionalismo num quadro geral sobre o nacionalismo no Brasil neste século.

B. Nacionalismo e Identidade Linguística no Brasil

Num ensaio em que analisa as peculiaridades do nacionalismo no Brasil, Candido (1995)¹⁴ procura mostrar que o termo nacionalismo adquire significações diversificadas no decorrer deste século.

Nas primeiras duas décadas do século, a palavra “nacionalismo” apresentou, no entender de Antonio Candido, duas faces, opostas e complementares. A primeira é a da “exaltação patrioteira”, que alimentava a Campanha Nacionalista nos anos da Primeira Guerra Mundial, a favor do serviço militar obrigatório, e que se apresentava sob a estampa do ufanismo exacerbado no livro de Afonso Celso *Por Que Me Ufano do Meu País* (1900), por exemplo. A segunda face do nacionalismo nessa época configurava-se através de uma visão pessimista e cruel da realidade do interior do País. Ela está presente principalmente n’*Os Sertões*, de Euclides da Cunha, nos discursos que refletiam os resultados das pesquisas de Osvaldo Cruz e de Carlos Chagas, mostrando o quadro catastrófico da saúde no País, e na figura do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato.

Foi na década de 20, na avaliação de Antonio Candido, que começaram a surgir tratamentos diferentes para os temas

¹⁴. O ensaio a que nos referimos fará parte da terceira edição, revista e ampliada, de *Vários Escritos*. A versão que estamos apresentando aqui é a versão completa do ensaio publicada pelo **Caderno “Mais”**, da *Folha de São Paulo*, datada de 27/08/95.

nacionais. O “nacionalismo” começa a ser abordado como a defesa dos interesses nacionais como forma de fazer frente à opressão econômica e política exercida pelos países ricos. Ao mesmo tempo, as manifestações artísticas oriundas da Semana de Arte Moderna imprimiram atitudes importantes em relação aos temas nacionais. Afirma Antonio Candido:

O Modernismo foi um movimento crucial no processo de constituição da cultura brasileira, afirmando o particular do país em termos tomados aos países adiantados. Mais do que ninguém, os modernistas fizeram sentir a verdade segundo a qual só o particular se universaliza, ou como disse Mário de Andrade com relação à música: “Não há música internacional e muito menos música universal; o que existe são gênios que se universalizam por demasiado fundamentais” (Candido, 1995: 13)

As décadas de 30 e 40, particularmente, constituem-se num período de fundamental importância para aqueles que buscam compreender a “trajetória” de sentidos que o termo nacionalismo adquire no Brasil. De um lado, a face do nacionalismo marcada pela exaltação patrioteira, que Antonio Candido cunhou de **nacionalismo ornamental**, ganha força com o desenvolvimento de um dos movimentos nascidos com o Modernismo, a do grupo Verde-amarelo. De outro lado, assistiu-se à manifestação de um outro sentido de nacionalismo, caracterizado pela busca do conhecimento do Brasil. Esse sentido de nacionalismo iria fundamentar o que Antonio Candido de-

nominou de **nacionalismo cultural**, que foi marcado, segundo ele, por “uma grande aspiração de pesquisar e definir a identidade do país” (Candido, idem, ibidem). Com efeito, situam-se nessa época o lançamento de obras como *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freire, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, como também o lançamento da coleção “Brasília”. Além disso, data-se dessa época a fundação de universidades e de escolas superiores de estudos sociais, filosóficos e literários.

Tendo em vista esse quadro de referência, formulado sob a perspectiva de Antonio Candido, como se posicionariam os discursos sobre a língua do Brasil?

Instigados pela onda do **nacionalismo cultural**, muitos intelectuais se propuseram a repensar o estatuto da expressão linguística no País. Desse movimento nasceram vários trabalhos que defendiam a mudança de denominação do idioma falado no Brasil. Destacam-se dentre eles o livro *Língua Brasileira*, de Edgar Sanches, e os livros *A Questão da Língua Brasileira* e *A língua que falamos*, de Herbert Parentes Fortes.

De Edgar Sanches é o argumento de que as línguas não são uma substância. Elas teriam realidade somente nos indivíduos que as falam. Assim, seria no vocabulário que se manifestam os costumes, as crenças, “a cultura inteira de uma nação” (Sanches, 1940: xxvi). No vocabulário se estampa o “caráter” de um idioma, afirma Sanches. É isso, segundo ele, que se constitui no fato de linguagem a ser considerado na defesa da mudança de denominação do idioma: *o facto de lin-*

guagem brasileiro é tão certo e legitimo como o facto de linguagem portuguez, e como o de qualquer outra lingua. Se alguns ou muitos desses factos não são os mesmos que os portuguezes, isso não tem nenhum valor negativo. Ao contrario, são elles que manifestam a differenciação da lingua entre nós. São elles os que principalmente devem ser estudados (idem: 297).

Se a argumentação de Edgar Sanches é amparada na necessidade de distinguir a **gramática dos fatos de linguagem**, a de Herbert Fortes vai além da ordem linguística, e adquire um significado importante para a afirmação de uma identidade do brasileiro frente ao europeu.

No entender de Fortes, faz-se uma confusão tremenda entre “o que é a nossa língua com o que ela significa para nós”. E acrescenta ele:

não podemos deixar de concluir que uma língua histórica é “sentida” como própria, em cada povo, quando este pode dispensar, inteiramente, o recurso do passado, para “sabê-la”. Assim, o inglês ou o francês não é a nossa língua, porque não os podemos falar nem compreender sem desdobrar-nos em duas “referências” – nós mesmos e os povos inglês e francês. Mas a língua “materna”, esta não sei quando comecei a falar, porque verdadeiramente ela é anterior a mim em mim mesmo, pois antes que formasse a minha consciência, já ela se vinha formando em mim. De modo que minha consciência e minha língua acabaram sendo uma coisa única ou duas faces do mesmo “eu”. Eis como não posso lembrar-me de

minha língua sem lembrar-me de mim mesmo, desde que sei que existo. O sentido português que o livro acrescenta a isto, – este, sim, é outra coisa – não é “eu”. Posso lembrar-me, nitidamente, dos primeiros sofrimentos que me custou, desde que mo impuseram.

Essa diferença psicológica, bem perto da ação e toda embebida de tradição ativa, exige um sentido existencialístico de “história”, para poder ser compreendida e também para poder ser incorporada ao complexo da vida individual e da vida coletiva, – em sentido contrário ao que o livro inculca e insinua, – de coisa à parte, assim para a língua, como para o homem que fala. A diferença indicada supõe “duração”, imanência vital necessariamente original, – heterogênea e oposta ao fixismo do livro, onde tradição e passado se identificam, em prejuízo da primeira. Aqui, mais uma vez, a moeda falsa afasta a legal da circulação.

(Fortes, 1944: 179)

É significativa a formulação de argumentos a favor da tese de que nós, brasileiros, ressentimos do fato de que há um passado que se reproduz em descompasso com uma “história”; isto é, uma “língua” que encontra seu sistema de “referências” desvinculado do “complexo da vida individual e da vida coletiva” (em que se produz “história”). Isso explicaria, segundo ele, o fato de que, quando se tenta “olhar” a língua que falamos, não encontramos lá a nossa história refletida, mas um passado que se reproduz alheio à nossa “história”. O trecho a seguir mostra isso de forma elucidativa.

Esta confusão [entre o que é a nossa língua e o que ela significa para nós] resulta de um erro velho e revelho, qual o de acreditar-se que é a literatura que faz a língua de um povo. Como a língua brasileira não é imposta por um grupo de literatos, duvida-se que ela exista! Então, nega-se a língua brasileira sem qualquer recurso à observação e ao método linguístico ou sociológico. Não é preciso “descer” até o fato, – diz-se – porque já se sabe, de antemão, que a língua brasileira não tem clássicos, nem filólogos, nem gramáticos. Ora, – remóem os seus adversários, – se a língua que reputamos “língua” do Brasil não precisa de Portugal, apesar de vir de lá prontinha para uso e abuso, – como haveremos de precisar do Brasil? De certo modo, têm razão. Eles pronunciam a língua dos livros clássicos, como os franceses pronunciam o latim da Igreja. E sorriem de nós com menoscabo e riem dos portugueses com ironia. Sua língua é intemporal. Para ser escrita. Ocidentalmente, – pronunciada com acento tônico. – Para que mais? Na dúvida, consulta-se o dicionário ou o uso clássico. A fala não é importante. A história é outra cousa. O tempo só destrói o que é impotente para resistir-lhe. Forçados a dizer alguma coisa quando a onda os ameaça de afogar, sentenciam que o Brasil está todo errado, sem saber nem sentir, e que Portugal está mecanicamente certo, mude como mudar, – e, de fato, tem mudado.

(Fortes, 1943: 12)

Utilizando-se de um estilo forte, com uma argumentação firme, os ensaios de Herbert Fortes se caracterizam por uma visão aguçada da identidade linguística do Brasil.

Os estudos de Edgar Sanches e de Herbert Parentes Fortes se filiam a um nacionalismo marcado por uma visão crítica das coisas da nação, relacionando a língua à constituição de um “corpo social”. Por outro lado, os discursos dos parlamentares, objetos de análise no nosso capítulo anterior, são marcados seja pelo nacionalismo do tipo ornamental, por parte dos que defendem a mudança de denominação do idioma, seja pela posição reacionária e provinciana, por parte dos que repeliam a denominação de língua brasileira. Isso confirma a tese de Antonio Candido de que “nas variações do nosso nacionalismo se cruzam a cada instante a atitude crítica e a obnubilação afetiva” (idem: 13)

C. Idiomaticidade, Cidadania e Nação

Apresentamos no início do presente capítulo o conceito de idiomaticidade como algo relativo à percepção de uma unidade de língua a partir do espaço/tempo comuns. A idiomaticidade se configura como uma leitura sumária da forma linguística, tendo em vista a percepção desse espaço/tempo comuns.

Nas discussões em torno da mudança de denominação do idioma do Brasil estavam em causa, de um lado, o espaço da adequação entre a língua e o modo de ser da língua (a modalidade escrita), em relação ao qual um grupo social encontra sua própria referência; de outro lado, o espaço em que se configurava uma imagem romântica, ornamental do País.

Esses dois espaços constituem-se então como lugares de configuração da idiomaticidade. E é em relação a esses lugares que se configura a cidadania: **exclusivista**, de um lado, **ornamental**, de outro.

A postura exclusivista aparecia já nos textos constitucionais do século passado, como vimos na análise de E. Guimarães, que apresentamos no **cap. 2**. Ele mostra, através de uma análise enunciativa, como a categoria de cidadão se configura a partir, não da forma como se constitui o “universo” dos cidadãos brasileiros, mas da forma como a categoria de cidadão brasileiro cruza com as categorias de Imperador e de escravos,

na Constituição do Império, e com a categoria das Forças Armadas, na 1ª Constituição da República.

Um outro momento em que uma postura exclusivista entra constitutivamente na formação de uma identidade de brasileiro foi mostrado por Eni Orlandi (1995), num texto em que ela analisa uma paródia da *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias. Nesse texto ela trabalha a relação língua-nação, no sentido de apreender os efeitos de sentidos da paródia na constituição do jogo identitário que refere o sujeito à língua nacional. Especificamente, ela procura verificar como o sujeito é afetado em sua identidade pela imigração italiana, a partir de uma análise do poema *Migna Terra*, escrito em 1924, por Juó Bananére (codinome de Alexandre Marcondes Machado). O poema, escrito em “português macarrônico”, reflete a imagem da fala do imigrante italiano que ainda não “dominou” perfeitamente o português. Segundo Orlandi, o poema se configura verdadeiramente como uma paródia da língua portuguesa.

Um dos fatos significativos na análise está na reprodução da opinião de um crítico (Mário Leite) sobre o poema: “*se Alexandre Marcondes Machado (...), de par com a literatura a que se atirara sob a divisa ‘ridendo castigat mores’, tivesse se voltado para a que, enquadrada na pureza e sobriedade da língua, é criadora de ‘imortais’, teria um lugar importante na história da cultura brasileira*” (in: Orlandi, 1995: 2). Trata-se aqui de uma crítica que atinge a língua em relação a uma unidade imaginária, que define a língua nacional. Produzir uma literatura “enquadrada na pureza e sobriedade da língua” é

uma das formas em que essa “unidade” adquire uma visibilidade. Nesse caso, a paródia, no entender de Orlandi, é sintoma da impossibilidade da construção de uma unidade desse ‘estado’ de língua itinerante que é a língua do imigrante. O falar brasileiro italianado não representaria, segundo ela, uma relação capaz de articular a ordem do simbólico e a história, sem que o equívoco que constitui necessariamente essa relação se rompa e se mostre como incoerência, como falha. Nos termos de Orlandi (idem:10):

pode-se falar o português macarrônico mas não se pode escrevê-lo. A não ser como paródia. Como uma língua que passa ao lado de outra. Esta sim, com foros de legitimidade e parte da constituição da cidadania.

Desse modo, também, na literatura não há como reconhecer o mérito literário da grande literatura em um autor como J. Bananére. Ele fica como um autor ao lado da (língua) literatura brasileira.

Essa posição, em um dos seus aspectos, vai ao encontro daquela de Hebert P. Fortes, que apresentamos no presente capítulo, quando ele mostra a dificuldade de se conceber *uma língua brasileira*, uma vez que a idéia é colocada pela via da falta: falta de clássicos, falta de filólogos, falta de gramáticos que a sustente como língua.

Dessa forma, a idéia da língua brasileira se vê instabilizada pelo espaço da idiomaticidade, que nesse caso envolve a própria identidade do sujeito em relação à língua nacional. E mais uma vez a escrita é determinante nesse processo.

· Conclusão

Procuramos, no decorrer deste estudo, desenvolver uma linha de investigação voltada para o problema da significação na linguagem. Para isso, exploramos a relação entre o “dito” e o “dizer”, como forma de refazer os percursos das abordagens da significação a partir de uma ótica enunciativa. Nesses percursos, encontramos teorias que concebem o sentido de um enunciado tendo em vista, seja a sua condição de **ato**, seja a manifestação da **subjetividade na língua**, seja o **acontecimento** histórico que dá existência a esse enunciado.

Optamos por essa última concepção. Mas, para isso, procuramos trabalhar o conceito de **história** a partir do quadro teórico da teoria do discurso de linha francesa, que vê o histórico relativamente a uma concepção discursiva no tratamento dos fatos de linguagem. O conceito de enunciação ganha uma outra densidade teórica a partir do momento em que se tem por inerente ao acontecimento da produção do enunciado o fato de ser ele afetado por uma **memória discursiva**, pelo interdiscurso, vale dizer.

Tendo em vista esse aparato teórico, partimos para a análise do termo *língua brasileira* nos discursos parlamentares nas décadas de 30 e 40 no Brasil. Procuramos, mais especificamente, abordar o problema da significação nos processos de constituição de grupos nominais no texto, precisamente os

grupos nominais relativos à denominação do idioma falado no Brasil.

A análise das construções nominais nos mostrou dois aspectos relativos à denominação do idioma no Brasil:

a) Na perspectiva daqueles que se posicionaram contrários aos projetos de mudança do nome da língua falada no Brasil, o nome *língua brasileira* é percebido como algo que viria desestabilizar um eixo social que tem nos percursos de escrita, sob os auspícios da *língua portuguesa*, o seu suporte, a sua referência;

b) Na perspectiva daqueles que defendem os projetos de mudança do nome do idioma, *língua brasileira* tem a sua referência constituída a partir de uma imagem romântica do País, uma imagem fundada ao mesmo tempo no positivismo e no ufanismo que, ao longo da segunda metade do século passado e da primeira metade deste século, marcaram a nossa história.

A análise revelou que, na primeira perspectiva, o brasileiro, enquanto sujeito que se utiliza da língua falada no país, só é percebido como cidadão tendo como referência o percurso de escrita. Assim, aqueles que não dominam a escrita ficam alijados da categoria de cidadão. Na segunda perspectiva, a identidade de brasileiro é deslocada para uma região distante do debate social; esta região é aquela em que se constrói uma imagem de brasileiro distante da realidade que o circunda.

A análise dos enunciados relativos à denominação da língua do Brasil nos fez ver que as demandas histórico-

discursivas que se apresentam na configuração das construções nominais são decisivas para concebermos a significação de *língua brasileira* relativamente às forças institucionais reguladoras de sentido na época. Mostramos, em relação a isso, o papel da constituição da textualidade, tendo em vista que as construções nominais se configuram como “estações de cruzamento de sentido” na ordem textual.

Enfim, procuramos mostrar que o tratamento do problema do sentido na linguagem, desenvolvido a partir da semântica com a qual operamos neste estudo, permite que formulemos juízos a respeito da relação entre a imagem discursiva da língua e a constituição de parâmetros da cidadania, e da configuração da idéia de nação, no Brasil.

Nesse sentido, pudemos sentir o quanto as forças políticas do País, nas décadas de 30 e 40, se colocavam alheias a todo o esforço do movimento cultural que, a partir da Semana de Arte Moderna, propunha pensar as coisas da nação fora dos cânones positivistas.

Anexo

a) Projeto da Câmara Municipal do Distrito Federal, de 1935, que "*determina que os livros didáticos só sejam adoptados no ensino municipal quando denominarem de brasileira a língua falada no Brasil*":

A CAMARA MUNICIPAL resolve:

Art. 1º - Os livros didáticos, relativos ao ensino da língua patria, só serão adoptados nas escolas primarias e secundarias do Districto Federal quando denominarem de brasileira a língua falada e escripta no Brasil.

§ 1º - Ficam exceptuados da exigencia do artigo 1º, os livros editados anteriormente a esta lei.

§ 2º - Nos programmas de ensino, os capitulos referentes á língua patria deverão referir-se, exclusivamente, á língua brasileira.

§ 3º - As denominações das cadeiras de ensino da língua patria em todos os estabelecimentos de ensino mantidos pela Municipalidade serão immediatamente substituidas pela denominação - Língua Brasileira.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

(*Anais da Câmara Mun. do Distrito Federal*. Julho de 1935. p. 315)

b) Projeto da Câmara Federal, de 1935, que "*determina que a língua falada no Brasil, seja denominada língua brasileira*":

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º - Da data desta lei em diante, sem prejuízo das edições já feitas, será obrigatória, em todos os livros didáticos, a denominação de "língua brasileira" toda vez que se trate do idioma falado no Brasil.

Art. 2º - Os livros que não obedecerem ao disposto no art. 1º não poderão ser adoptados nas escolas públicas oficiais, officilizadas ou fiscalizadas pelos poderes públicos.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

(*Anais da Câmara dos Deputados*. Junho de 1935. p. 438)

c) Projeto apresentado à Assembléia Constituinte de 1946:

Considerando que a língua falada no País é um dos mais importantes fatores da unidade nacional e um dos mais fortes característicos da sua independência o direito de modificar, pelo uso local;

Considerando que, desde a primeira Câmara dos Deputados, em 1826, no Brasil, se vem propondo, em sucessivas ocasiões, que a língua falada no país tenha a denominação de Língua Brasileira, denominação pela qual se batem há muito tempo muitos e muitos intelectuais brasileiros;

Considerando que o Brasil, no fim do século presente, terá uma população de centena e meia de milhões de habitantes e que Portugal não conseguirá somar, então, talvez, nem mesmo duas dezenas de milhões;

Considerando que é o português do Brasil e não o português de Portugal; o que está provocando o interesse e a curiosidade mundiais;

Considerando que o glorioso Portugal terá mais esta glória de ter dado os elementos precisos para a possível formação de uma nova língua americana, propomos como emenda às Disposições Transitórias:

Art. - O Governo nomeará uma Comissão de professores, jornalistas e escritores que, estudando as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil, opinará sobre a questão da denominação de Língua Brasileira, tão insistentemente reclamada por muitos intelectuais e já adotada por uma resolução aprovada pela quase unanimidade do Conselho Municipal do Distrito Federal, Soares Filho e muitos outros.

(Anais da Assembléia Constituinte. v. 25. 1946. p. 233)

Resumée

Cette étude a analysé des discours parlementaires des années 30 et 40 qui s'occupent de la dénomination de la langue parlée au Brésil. Le débat autour de l'adoption de l'attribut "brésilienne" à cette langue nous permet de formuler des hypothèses sur la manière comme une identité brésilienne se constituait pour la nation et pour le Brésilien de cette époque. L'essai de changer la dénomination de *langue portugaise* par *langue brésilienne* signifiait pour ceux qui en étaient contre une tentative de rendre fragile tout un parcours d'écriture par rapport auquel la société lettré du pays trouvait sa propre référence. Pour ceux qui étaient pour ce changement, il signifiait une façon de concevoir, avec fierté, la "brasilidade" et la nation à partir de la tradition positiviste. Pour aboutir à cette conclusion, nous avons pris les constructions nominales comme un fait de langage. C'est un *fait* de langage, parce que les découpages que nous avons analysés acquièrent théoriquement une densité qui dépasse beaucoup l'acception empirique de la notion de *donnée*. Nous avons essayé de montrer que cette densité se rapporte au caractère de l'*énonciation*, définie comme un événement de langage affecté par la *mémoire*, qui est l'extériorité constitutive de cet événement. Nous avons alors étudié ces faits de langage en tenant compte des positions de sujet dans l'énonciation relativement à la mémoire. Nous croyons avoir pu montrer l'importance du modèle de sémantique que nous avons suivi dans cette étude, une sémantique qui nous donne des moyens pour la formulation de jugements sur la constitution de la citoyenneté et de l'identité nationale. Dans ce sens, nous pouvons affirmer que le jeu des positions d'énonciation dans les textes analysés montre les moyens par lesquels prenait forme l'agglutination d'individus en tant que sujets parlants d'une même langue, dans le même territoire (le Brésil), mettant en marge, à la fois, la participation de ces individus en tant que citoyens, dans une nation.

MOTS-CLÉ: énonciation et discours; constructions nominales; langue nationale

Referências Bibliográficas

ANAIS da Câmara Municipal do Distrito Federal. Rio de Janeiro, julho a dezembro de 1935.

ANAIS da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. 1935.

ANAIS da Assembléia Constituinte. Rio de Janeiro. 1946.

ANCHIETA, J. de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

AUROUX, S. "A hiperlíngua e a externalidade da referência". in: E. Orlandi (org.) *Gestos de leitura*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1994.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. 4. ed. Éditions Francke Berne, 1965.

- BENVENISTE, E. (1958) "Da subjetividade na linguagem". in: *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1976.
- BOLINGER, D. "Adjectives in English: attribution and predication". *Lingua* 18, 1967.
- BORGES NETO, J. *Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais*. Campinas: ed. da Unicamp, 1991.
- "Adjetivos sincategoremáticos: um problema para a semântica". *Cadernos de Estudos Linguísticos* 22. Campinas: Unicamp, 1992.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard. 1982
- & L. Boltansky. "Le fétichisme de la langue". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 4. 1975
- CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 1º vol. Recife: Imprensa Univesitária, 1942.
- CANDIDO, A. "Uma palavra instável". in: *Folha de São Paulo*. Caderno **Mais**, 27/08/95. p. 13-14.
- CASTRO, J. A. "Formação e desenvolvimento da Língua Nacional Brasileira". in: A. Coutinho (org.) *A literatura no Brasil*. 3.ed. vol. I. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.

DANON-BOILEAU, L. "La détermination du sujet". *Langages* 94. Paris: Larousse, 1989.

DELESALLE, S. "Histoire du mot énonciation". *Histoire Épistémologie Langage VIII (2)*. 1986

DONNELLAN, K. "Reference and definite descriptions". in: D. D. Steinberg & L. A. Jakobovits (eds.) *Semantics. An interdisciplinary reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. London: Cambridge University Press, 1971.

DUCROT, O. "Enunciação". *Enciclopédia Einaudi*. vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FORTES, H. P. (1943) "Introdução". in: _____. *A língua que falamos*. Rio de Janeiro: Edições G.R.D., 1957.

_____. (1945) "É preciso situar-se a questão da nossa língua". in: _____. *A língua que falamos*. Rio de Janeiro: Edições G.R.D., 1957.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães *Tratado da terra do Brasil: História da província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

GARY-PRIEUR, M.-N. "Quand le référent d ' un nom propre se multiplie". *Modèles Linguistique* 22 (2). Tomo XI. 1989.

GONÇALVES, C. A. V. "A dicotomia adjunto/complemento (ad)nominal rediscutida". *Estudos Linguísticos XXII*. Ribeirão Preto: GEL, 1993.

GRICE, H. P. "Logic and conversation". in: P. Cole & J. L. Morgan (orgs.) *Syntax and semantics*. vol. 3. New York: Academic Press, 1975.

GUILLAUME, G. *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*. Paris: Nizet, 1975.

GUILHAUMOU, J. & D. MALDIDIER. "Coordination et discours: 'Du pain et X' a l'époque de la révolution française". *Linx* 10. Paris, 1984.

----- "Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso". in: E. Guimarães (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

GUIMARÃES, E. J. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. "Enunciação e história". in: _____
(org) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. "Os sentidos de cidadão no Império e na República no Brasil". *Signo e Seña*. Universidade de Buenos Aires, 1992.

_____. "Independência e morte". in: E. Orlandi (org.) *Discurso fundador; a formação do País e construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

_____. *Os limites do sentido; um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

HENRY, P. "Constructions relatives et articulations discursives". *Langages* 37. Paris: Didier-Larousse, 1975.

HOBBSAWN, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

KATZ, J.J. *The philosophy of language*. New York: Harper & Row, 1966.

_____. *Semantic theory*. New York: Harper & Row, 1972.

LEITE, A. "Língua brasileira? Não, língua portuguesa". *Anais da Câmara dos Deputados* (1935). in: E. P. Pinto (org.) *O português do Brasil*. vol. 1. São Paulo: EDUSP, 1981. p. 323-350.

MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.

MATTOS E SILVA, R. V. "Português brasileiro: raízes e trajetórias". *Ciência Hoje* 15 (86). SBPC, 1992.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

ORLANDI, E. P. *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez/ed. da UNICAMP, 1990.

_____. *As formas do silêncio*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1992.

_____. "A língua brasileira". *Boletim da Abralim* 14. São Paulo: ABRALIN, 1993.

ORLANDI, E. (1994) "Texto e discurso". *Organon*. Porto Alegre: UFRS, 1994. (no prelo).

_____. (1995) "O teatro da identidade: a paródia como traço de mistura linguística (italiano/português). in: *Interpretação*. Petrópolis: Vozes. (no prelo)

PARRET, H. "A dêixis e os 'embrayeurs' desde Jakobson". in: _____. *Enunciação e pragmática*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1987.

_____. "Sens homogène et sens hétérogène: les domaines de la sémantique e de la pragmatique". *Histoire Épistémologie Langage* 13 (1). 1991.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes, 1990.

PERINI, M. A. *Sintaxe Portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.

QUINE, W.V.O. *Word and object*. Cambridge: MIT Press, 1960.

- RODRIGUES, J. H. "A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial". *Humanidades 1 (4)*. Brasília: UNB, 1983.
- SANCHES, E. *Língua Brasileira*. 1º tomo. São Paulo: Nacional, 1940.
- SAUSSURE, F. de *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix. s/d.
- SEARLE, J. *Speech Acts*. London: Cambridge University Press, 1969.
- SOUSA, Gabriel S. de Sousa "Tratado descritivo do Brasil em 1587". *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, 14;84.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977. vol. I.

Bibliografia Consultada

ACHARD, P. "Mémoire et production discursive du sens". in: *Histoire et linguistique*. Paris: Maison des Sciences de L'Homme, 1983.

AUTHIER, J. "Hétérogénéités Enonciatives". *Langages* 73. Paris: Larousse, 1984.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

COHEN, J. L. (1971) "Some remarks on Grice's views about the logical particles of natural language". in: Y. Bar-Hillel (ed.) *Pragmatics of Natural Languages*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1971.

COURTINE, J. J. "Définition d'orientations théoriques et méthodologiques en Analyse de Discours". *Philosophiques* IX (2). Paris, 1982.

CULIOLI, A. "L'activité de langage". *Ici et là* 18. Paris, 1990.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

FERREIRA, M. C. L. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco*. Campinas, 1994. Tese de Doutorado inédita.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FUCHS, C. "As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica". *Alfa* 29. São Paulo: Ed. da UNESP, 1985.

GADET, F. "Prefácio". *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1990.

GNERRE, M. *Linguagem e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1992.

_____. "Sentido, sujeito, origem". in: E. Orlandi (org.) *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993.

- LAGAZZI, S. M. "De repente, bem mais que 'de repente'". in: E. Guimarães (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1990.
- LYONS, J. *Semântica*. vol I. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes/ed. da UNICAMP, 1989.
- MILNER, J-C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- NORA, P. "Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux". in: G. Lipovestki. *L'ère du vide*. Paris: Flammarion.
- ORLANDI, E. P. "Segmentar ou recortar". *Série Estudos 10*. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.
- ORLANDI, E. P. & GUIMARÃES, E. J. "Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito". in: E. P. Orlandi *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez/ed. da UNICAMP, 1988.

- PAYER, M. O. (1993) *Educação popular e linguagem: reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos*. Campinas, ed. da UNICAMP.
- PÊCHEUX, M. "Análise automática do discurso". in: F. Gadet & T. Hak (orgs) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1990.
- ."Effets discursifs liés au fonctionnement des relatives en français". in: D. Malidier (org.) *L'inquietude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.
- RAJOGOPALAN, K. "De Dicto-De Re como um caso de imanência explanatória". *Série Estudos 10*. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.
- RAZZINI, M. de P. G. *Antologia nacional (1895-1969): museu literário ou doutrina?* Campinas, 1992. Dissertação de Mestrado inédita.
- ROBIN, R. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SERRANI, S. *A linguagem na pesquisa sociocultural; um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1993.

SOUZA, P. de "A boa nova da memória anunciada: o discurso fundador da afirmação do negro no Brasil". in: E. Orlandi (org.) *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993.

VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.